



Prefeitura Municipal de Jaguaré
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA
DE JAGUARÉ-ES**

2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SETOR PEDAGÓGICO

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE
JAGUARÉ

Jaguaré-ES

2006

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ

Rogério Feitani

VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ

Germano Polez

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Jader Sossai de Lima

REDATOR

Flavio Moreira

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Alina da Silva Bonella

CAPA

Nádia de Souza Tôres

EQUIPE COLABORADORA – COMISSÃO MUNICIPAL DA PROPOSTA CURRICULAR E FILOSÓFICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Cláudia da Silva Lemos

Doralice C. Jaretta Camata

Gilda dos Reis Monteiro

Jailson Bonna

Luciana Sossai Altoé

Marcos Túlio Pariz

Náudia Cândida Altoé Thomaz

Neusa Maria Mantovanelli Tessarollo

FICHA CATALOGRÁFICA
JAGUARÉ, Prefeitura Municipal de. Proposta Político-Pedagógica de Jaguaré/Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Setor Pedagógico, Jaguaré (ES): Gráfica Tribuna do Cricaré LTDA, 2006.52 p. I. Princípios da atividade educacional (Pedagógica). II. Título. <p style="text-align: right;">CDU 37.013.2</p>

Sumário

1 – INTRODUÇÃO.....	06
2 – O ESPAÇO-TEMPO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA POLÍTICO-FILOSÓFICA DE JAGUARÉ: NARRATIVA HISTÓRICO-METODOLÓGICA	08
3 – O ESPAÇO-TEMPO CHAMADO JAGUARÉ: ASPECTOS HISTÓRICOS – EDUCACIONAIS.....	12
3.1 Um olhar para as possibilidades coletivas já construídas.....	26
4 – AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS (RE)SIGNIFICADAS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DAS DISCUSSÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO	30
4.1 – Interfaces entre a problemática macro e microestrutural.....	32
4.1.1 – O espaço-tempo mundial.....	33
4.1.2 – O espaço-tempo doméstico.....	34
4.1.3 – O espaço-tempo da produção	35
4.1.4 – O espaço-tempo da cidadania.....	36
5 – AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPO E OS CONFLITOS PARADIGMÁTICOS: CONSTRUINDO EIXOS TEÓRICOS PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE JAGUARÉ.....	41
5.1 – Entrelaçamentos teóricos entre Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire: Novas contribuições para o repensar da práxis educacional no município	50
5.2 – Atitudes e compromissos em frente aos eixos teóricos da Educação Infantil a 8ª série do Ensino Fundamental.....	52
6 – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	53
7 – REFERÊNCIAS	56

APRESENTAÇÃO

Fornecer subsídios teóricos para planejar a educação do município de Jaguaré, a partir de uma visão de homem, mundo e sociedade, conforme nos ensina os clássicos da didática, foram os desafios centrais perseguidos na elaboração desta proposta.

Essa intenção nasce da perspectiva de responder a perguntas correntes entre os professores e professoras nos momentos em que se debruçam para realizar os planejamentos anuais, bimestrais e, até mesmo nas aulas, isto é, sempre nos perguntávamos: que valores devemos perseguir ao planejarmos nossa atividade docente? Onde pretendemos alcançar com nossa prática? Que projeto de sociedade explicitamente estamos almejando construir?

A partir destas indagações tomamos o desafio de buscar entender o complexo mundo em que vivemos em sua dimensão política e filosófica, para propor uma intervenção pedagógica que acreditamos representar um avanço para o município. Tarefa nada fácil, muito mais ainda quando se trata da educação e da nossa postura de fazer envolvendo todos os professores (as), pois uma educação que não pensa coletivamente seus propósitos não pode ser uma educação emancipadora.

A prefeitura de Jaguaré, por meio da SEMEC, cabe o êxito de entender a necessidade e articular formas de sua concretização. Por meio de extensão de carga horária de todos os professores (as), realização de diversos seminários com palestrantes da UFES; bem como a publicação desta proposta para o conhecimento de todos. Portanto o que ora apresentamos é fruto de uma reflexão coletiva durante o ano de 2004 e retomada em 2005.

Esperamos que este olhar sobre a realidade que coletivamente almejamos construir em Jaguaré, denominado PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE JAGUARÉ, encontre formas criativas de sua efetivação em cada sala de aula, pois certamente estará plantando a esperança de dias melhores e reinventando possibilidades de germinação da vida.

Jaguaré, dezembro de 2006.

Jader Sossai de Lima

Secretário Municipal de Educação e Cultura

1- INTRODUÇÃO

O novo inconformismo é o que resulta da verificação de que hoje e não amanhã seria possível viver num mundo muito melhor [...]. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras (SANTOS, 2004, p. 814-815).

Quando (re) iniciamos o trabalho de elaboração da proposta não tínhamos a noção de que tocaríamos em questões tão salutares à vida de um modo geral e à educação em especial. Esperávamos realizar apenas mais um trabalho de organização curricular que se findaria com uma boa organização de conteúdos e metodologias. Porém, na prática, com debates, estudos, leituras, grupos de estudo, seminários, etc; acabamos rediscutindo todo um contexto educacional contemporâneo com suas crises, desilusões, revivendo momentos políticos e socioculturais, possibilidades e utopias. Por tudo isso, acreditamos que esta proposta filosófica já iniciou seu trajeto próprio bem antes do que imaginávamos.

A Secretaria Municipal de Educação de Jaguaré (SEMEC) sentia necessidade de ter explicitados os pressupostos educacionais com os quais estariam orientando o trabalho com os professores e professoras. Mas esta orientação necessitava de estar embasada teoricamente em pressupostos sóciofilosóficos e, mais ainda, pactuada entre os diversos sujeitos do processo ensino-aprendizagem. Este foi um grande desafio: trazer pensadores e idéias que despertem motivação e sensação de certeza/esperança de um caminho a ser trilhado em um momento tão conflituoso como o que vivemos, um momento sem precedentes na história.

Daí veio à idéia de organizar os conteúdos, inicialmente por disciplina, e de também realizar de um seminário para discutir melhor a questão. Este primeiro passo nos levou a repensar, toda a nossa dinâmica inicial, pois iniciamos uma compreensão de que o que desejávamos era mais do que organizar conteúdos.

Neste contexto, fica claro que a educação de Jaguaré assumiu um compromisso, o compromisso coletivo de formar pessoas para os desafios presentes no cotidiano e aqueles que projetamos para o futuro. Destacamos, porém que a SEMEC iniciou um tímido trabalho de pensar a construção do currículo municipal desde o ano de 1998. Contudo, quando se falava dos princípios filosóficos e dos rumos da Educação Municipal, as discussões não contemplaram essa dimensão explicitamente. Buscamos, então, uma

sistematização desses pilares a partir do ano de 2000, de forma que, no imaginário dos professores e professoras, o fato de identificar e apontar “**rumos filosóficos**” se tornou uma necessidade premente.

Assim, percebemos que as inquietações quanto às certezas e incertezas presentes no mundo moderno, a perda de referenciais éticos, somadas ao crescente desrespeito e violação aos direitos humanos, reafirmam a necessidade de um projeto pedagógico-filosófico que oriente humanisticamente as diretrizes municipais, não desconsiderando as diretrizes nacionais e a trajetória sócio-histórica da Educação Municipal.

Apresentaremos neste documento/síntese os caminhos que trilhamos e a opção teórico-filosófica feita para a Educação Municipal. Julgamos necessário, de início, apresentar o contexto histórico do município de Jaguaré¹ (de sua colonização aos movimentos emancipatórios) mostrando aí traços das identidades construídas na trajetória sociopolítica do município, chegando aos dias atuais e apontando projetos municipais que nos indicam prioridades coletivas sendo cotidianamente construídas, frutos, ao nosso ver, da criação de um imaginário social coletivo (CASTORIADIS, 1982); em seguida, apresentaremos a metodologia adotada e partilhada na construção desta proposta filosófica do município situando, em seguida, as reflexões e as possibilidades que estamos criando ao trabalhar essa idéia numa dimensão político-filosófica com horizontes ético-valorativos a partir de eixos teóricos substanciais à formação das pessoas deste lugar, apontando as dimensões teóricas e as contribuições advindas dos grupos de estudos; finalmente apresentaremos alguns indícios para a continuidade da proposta.

¹ O município de Jaguaré localiza-se ao norte do Estado do Espírito Santo.

2- O ESPAÇO/TEMPO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA POLÍTICO-FILOSÓFICA DE JAGUARÉ – NARRATIVA HISTÓRICO-METODOLÓGICA

As falas dos professores e das professoras, quanto à proposta referiam-se sempre à necessidade de construir uma proposta filosófica e valorativa, pois percebiam uma banalização e naturalização de certos conceitos e práticas em que o respeito à vida e aos viventes não ficam claramente definidos e desejavam ter essa discussão num horizonte ético que lhes garantisse uma perspectiva humanista do lugar para onde se pretende caminhar, o que não é certamente “Pela mão de Alice”. Assim, produzimos inicialmente um texto-base para subsidiar as discussões.

A partir deste texto, realizamos, então, o primeiro seminário, em novembro de 2003. Nesse momento, as reflexões foram oxigenadas por uma visão mais ampliada com os estudos do cotidiano e de uma visão pós-crítica do currículo². Nesse momento, formamos uma comissão para dar continuidade ao processo, tendo em vista as avaliações e planejamentos do final de ano. Essa comissão, então, se debruçou, sobre o livro “*Documentos de identidade*”, de Tomaz Tadeu da Silva (2002), o que nos permitiu retomar as discussões no início do ano letivo de 2004, quando traçamos um planejamento para a continuidade dos trabalhos incluindo um novo seminário. O seminário teve como objetivo geral “*Dar continuidade à elaboração da proposta político-pedagógica do município*” e, nesse dia, especificamente, almejamos discutir e aprofundar duas questões: a) Quais eixos teóricos serão adotados no município?; b) Quais ações efetivar para garantir o devido aprofundamento dos eixos, a construção coletiva e a implementação da proposta?

Quanto à questão de quais eixos teóricos a serem repensados/adotados na proposta municipal, o coordenador dos trabalhos apresentou aos participantes a proposta de eixos que vem sendo discutida pela Secretaria de Educação do Estado (SEDU), qual seja, **Ciência, Cultura e Trabalho** e a proposta dos eixos presentes no documento preliminar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Jaguaré, isto é, **Poder e Política, Alteridade, Padrões de Transformação e Conhecimento**, com base tanto no pensamento do sociólogo Boaventura de Souza Santos como também no pensamento de Paulo Freire.

² Trouxemos para estar trabalhando com os professores e professoras do município o Dr. Carlos Eduardo Ferrão do PPGE/UFES, que desenvolve pesquisas nessa perspectiva.

Porém, antes de tomar qualquer decisão, o grupo de professores (as) optou por encaminhar discussões no sentido de garantir ações que promovessem a continuidade e o aprofundamento dos eixos, sendo as seguintes deliberações do coletivo:

- a) Realizar palestra, fóruns e seminários sobre cada eixo;
- b) Encaminhar material bibliográfico para as escolas;
- c) Garantir formação continuada com carga horária para estudo (sugestão de 4 horas quinzenais);
- d) Envolver a comunidade e a sociedade nos projetos escolares
- e) Organizar grupos e calendários específicos;
- f) Priorizar formação na proposta para não sobrecarregar o professor;
- g) Organizar estudo por região, com encontros maiores na sede do município;
- h) Organizar os planejamentos anuais já pensando nos eixos propostos.

Todas essas questões tomaram forma na SEMEC e, atendendo às reivindicações dos professores e professoras, foi estendida a carga horária dos professores (as) para os estudos, criaram-se os grupos/pólos de estudo, um calendário de seminários municipais, etc. Iniciamos lendo o primeiro capítulo do livro “Pela mão de Alice” e um texto de Gadotti (2003) referente ao pensamento de Paulo Freire. Foi sugerido que todas as leituras e as discussões nos grupos deveriam suscitar os debates maiores nos seminários. Também seria o momento de socializar para o grupão as inquietações certezas e incertezas. Nesse momento, teríamos os palestrantes especialistas nos autores estudados, o que potencializaria a discussão.

Assim, no segundo seminário, em abril de 2004, a fala inicial intitulada “Uma educação organizada a partir dos pressupostos de Paulo Freire”³, abordou todo o contexto histórico - educacional em que emerge o pensamento de Freire, se sustenta e se fortalece, até o momento em que se socializa e se populariza. Em seguida, situou teoricamente as principais categorias filosóficas do pensamento de Paulo Freire (dialético, dialógico, transdisciplinar, compromissado e direcionado para o sentido da libertação das classes populares da opressão rumo a uma autonomia). A discussão foi intensa tendo em vista

³ Contamos com a participação da professora do centro de educação da UFES Marlene Pires Carraro, mestre em Educação e estudiosa do pensamento de Freire.

que os professores já haviam estudado e debatido nos pólos de estudos um texto de/sobre Freire, escrito por Gadotti (2003)⁴.

Outra temática abordada foi – “Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire uma opção teórica?”, tratando de forma geral o pensamento de Boaventura a partir da constituição da modernidade, assentada entre a *regulação* e a *emancipação*, enfatizando no próprio autor, como alternativa a recolonização, a ocupação consciente dos espaços lacunares “deixados” pela racionalidade moderna; espaços em que as dimensões da ética e da estética possam ser revistas e trabalhadas sob uma perspectiva dos interesses da humanização coletiva.

A partir deste seminário os professores(as) estudaram e refletiram a partir os capítulos 4, 5 e 6, do livro de Santos (1996) a dimensão do poder e da política e da alteridade repensando em que momentos essas dimensões se presentificam na escola e como podem ser reinventadas na sala de aula, com vistas à realização de mais um seminário para debates e encaminhamentos.

No seminário de aprofundamento, o palestrante problematizou as questões postas quanto aos eixos padrão de transformação social e cultura/conhecimento. Neste momento, trabalhamos com o conceito de transformação via trabalho, numa aproximação de Santos com Marx⁵. No final deste seminário, muitas pessoas manifestaram suas dificuldades de entendimento dos textos, pois, segundo um determinado grupo faltavam-lhes fundamentos para a leitura, mas para outros grupos, as dificuldades eram normais visto que estavam tendo contato com o texto pela primeira vez e, como o autor não era especificamente da educação essas dificuldades eram normais, mas ficou combinado que daríamos um tempo a mais até o próximo seminário para que relessem os textos e trouxessem para o seminário suas dúvidas. Assim ocorreu.

No seminário em que as dimensões do poder, da política e da alteridade foram postas em discussão⁶, também vieram às dúvidas dos textos, como combinado. O palestrante sugeriu que lêssemos uma literatura que aproxime mais essa leitura do cotidiano da escola, o que facilitará, no seu entendimento, as aproximações a sala de aula, indicando,

⁴.Posteriormente a secretaria adquiriu quase todas as obras de Freire e também de Boaventura disponível para leitura de professores.

⁵ Para esta discussão trouxemos o professor Dr. Marcelo Lima, que estuda educação e trabalho.

⁶ Tivemos novamente a colaboração do Dr. Carlos Eduardo Ferraço do PPGE/UFES.

para aquisição, a coleção “O sentido da escola e autoras como Nilda Alves, Inês Barbosa, Regina Leite Garcia, entre outros, que têm publicado bastante nesse sentido. O seminário conseguiu de certa forma, amenizar as inquietações e discutimos ao final, as sugestões dos participantes quanto às possibilidades de trabalhos na Educação Municipal a partir dos eixos estudados.

No momento mais conclusivo, trabalhamos com a leitura da parte final do livro de Santos, chegando à câmara de Pasárgada 2 e as possibilidades de instalação em permanente da reflexão na construção da proposta⁷, estabelecendo um diálogo entre Freire e Boaventura.

Como o trabalho tem sido coletivo e dialógico, esses anos iniciais servem para manter em movimento a esperança de consolidar uma “*educação prudente para uma vida decente*” (parafraseando SANTOS, 2000), que é o que deseja instituir.

As partes que compõem o texto, daqui em diante, buscam entrelaçar a dimensão histórica, os pressupostos teóricos com resultados das discussões e debates travados durante os grupos de estudos e nos seminários. Toda a construção aqui esboçada pretende mostrar que, em nosso entender, tanto Boaventura de Sousa Santos quanto Paulo Freire já pairam sobre Jaguaré desde suas lutas iniciais, e a intenção de tomá-los aqui como pressupostos teóricos deve-se ao fato de perceber esse entrelace entre o que pensam e o que vem sendo construído historicamente em Jaguaré.

⁷ A professora Dr^a Janete Magalhães Carvalho do PPGE/UFES, conduziu as reflexões/sínteses em Freire e Boaventura, cujas reflexões estaremos expondo adiante.

3- O ESPAÇO/TEMPO CHAMADO JAGUARÉ: ASPECTOS HISTÓRICOS - EDUCACIONAIS?⁸

Parafraseando Santos (1996, p. 326), pensa-se e vive-se Jaguaré, tal como Pasárgada 2, isto é, uma comunidade educacional onde:

“[...] os estudantes são todos os cidadãos enquanto trabalham, descansam e estudam, [objetivando] ampliar o conhecimento dos paradigmas em presença e promover a competição entre eles de modo a expandir as alternativas de prática social e pessoal e as possibilidades de lutar por elas [...]. Ao contrário das outras utopias, Pasárgada 2 não está organizada em detalhe.

Os detalhes são tessituras do fazer cotidiano por todos os habitantes e firmam-se por lances e táticas dos viventes em suas diferentes posições de classes e interesses históricos.

Procuramos situar historicamente o povo do município em seu processo de colonização, mas com o olhar direcionado na busca de perspectivas emancipatórias, mesmo tratando-se de um processo de colonização.

Os primeiros habitantes da região de Jaguaré, segundo estudos de Celso Perota e Mozart Mendonça, citados por Aurich (1996, p. 19), foram os índios *botocudos* que, posteriormente, migraram para outras regiões situadas nas margens do rio Cricaré. Depois veio para Jaguaré uma grande massa de *caboclos*, “[...] provavelmente originários do nordeste brasileiro e de Minas Gerais”. Segundo dados da entrevista com Zoel Bonomo,⁹ o primeiro morador a residir no que hoje é a sede da cidade, chamava-se José Família, um caboclo. Os primeiros habitantes possuíam uma forma não predatória de cultivar a terra, mantendo uma harmonia e equilíbrio com a natureza, “[...] o consumo, a ganância desenfreada, o acumular, o desejo de lucro, o expropriar-se não faziam parte do imaginário dessas sociedades” (PEROTA; MENDONÇA, apud AURICH, 1996, p. 19). Viviam em comunidades, de forma solidária, conforme nos fala um antigo morador, filho de imigrantes vindos do Sul do Estado:

Eles tinham uma vida totalmente diferente da que nós tínhamos lá. Nós éramos acostumados com a posse, ser dono, é meu; eles não, era nosso (falavam nosso).

⁸ Parte deste texto foi escrito a partir de Moreira (2000), ver bibliografia.

⁹ Zoel Bonomo, hoje com mais de 50 anos, agricultor, nascido e criado em Jaguaré, sendo sua família uma das primeiras moradoras da comunidade do Giral. Destacou-se como liderança política no município, conforme veremos.

Até um tatu que um pegasse era dividido. Quando nascia um filho, a vaca de leite que tivesse na região ia para a casa dele (Túlio Pariz).¹⁰

Tinham hábitos e costumes próprios da cultura negra e eram considerados, a partir da ótica dos colonizadores, como “pacíficos, solidários e festeiros”, pois, não estando vinculados à lógica capitalista do lucro, extraíam da terra o suficiente para viver e reservavam tempo às atividades livres. As formas de moradias eram as casas de estuque e seu mobiliário era artesanalmente confeccionado a partir de artefatos vindos da mata, como cipós, madeiras, cumbucas, etc.

Porém, com a chegada dos imigrantes descendentes de italianos, na década de 40, altera-se drasticamente a forma de vida dos caboclos, pois, como

... Verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização (BOSI, 1992, p. 12).

Os colonos traziam consigo a herança cultural italiana com valores que marcariam no espaço/tempo as relações de alteridade entre eles e os diferentes. Os colonizadores, do ponto de vista da posse terra, almejavam constituírem-se como proprietários e, quanto ao uso, tinham “[...] o cultivo do café, como lavoura básica, complementada pela chamada lavoura branca: o feijão, o milho, o arroz” (AURICH, 1996, p.35), suplantando a agricultura de subsistência praticada pelos caboclos. Do ponto de vista cultural, tiveram na formação católica os valores a serem preservados e transmitidos. Assim, com a colonização, veio “[...] a construção da igreja como prioridade, o casamento religioso, a missa aos domingos, os leilões e festividades em torno da igreja, os batizados, a presença ansiosamente aguardada do padre em suas visitas ocasionais” (AURICH, 1996, p. 35).

Há aqui um processo interessante, no qual o colonizador relaciona com o colonizado. Inicialmente, esse processo foi de trocas “múltiplas”, pois aquele que chegava não conhecia o ambiente natural, necessitava, então, da ajuda dos moradores anteriores, para enfrentar os perigos das matas e, ao mesmo tempo, ajudavam no desbravamento da região uma vez que a conheciam bem. Nesse sentido, no encontro com o diferente, estabeleceu-se uma relação de alteridade na qual o espírito aventureiro, o risco, bem

¹⁰ Túlio Pariz veio com as primeiras famílias de imigrantes descendentes italianos, ainda criança. Teve uma participação política marcante no município, ocupando cargos públicos no poder legislativo e executivo de São Mateus e Jaguaré. Professor por profissão, hoje trabalha na ECOR do Giral.

como o medo, a atração, o desejo que marca qualquer processo de colonização foram inicialmente abrandados, levando ambos a incorporarem determinadas características uns dos outros.

É nesse processo que, para Arruda (1998, p. 25), “[...] se estabelece uma nova geografia simbólica e emergem os perfis dos personagens em presença”, pois, embora direcionadas por valores diversos, a cultura e as relações do colonizador com o colonizado deveriam estar coerentes com o projeto que alimentavam _ a conquista da terra _ delineando-se os contornos dessa identidade, na qual hábitos culturais são, de certa forma, incorporados em uma e em outra cultura.

Um exemplo claro desse elemento híbrido na formação cultural pode ser percebido na mistura de raças e na própria dinâmica da imposição ambiental, pois alguns gêneros alimentícios que são próprios de determinados climas e cultura passam a fazer parte da culinária dos imigrantes, “[...] a farofa de banana verde e a farinha de mandioca, por exemplo, foram recursos alimentares alternativos” (AURICH, 1996, p. 61). Quanto à mistura de raças, afirma Túlio Pariz, “[...] hoje nós temos que encarar os costumes da região porque nossas famílias estão minadas. Os sertanejos voltaram, os caboclos entraram. Em Jaguaré, hoje, a cor é morena, o branco diminui mesmo” (informação verbal)

Essa diferenciação cultural fortaleceu mais adiante, segundo Túlio Pariz, o processo de emancipação, pois, embora, tenham estabelecido uma relação harmoniosa nos tempos da colonização com os caboclos, eles, de fato, nunca aceitaram o modo de ser deles.

A divergência não era porque São Mateus tinha os piores governos, nada disso, não. Nós criávamos todos os tipos de defeitos e apelidos para o governo de São Mateus, mas era exatamente por causa da questão cultural que se divergia. Nós, do Sul, de origem italiana, topamos um povo de origem negra, mulata e de uma cultura diferente. Nós não aceitávamos de forma alguma as músicas deles, as manifestações culturais. Pra nós era um absurdo aqueles traços culturais, aqueles reco-reco, aquelas coisas, pelo amor de Deus! A Festa de Reis com fitas na cabeça era uma blasfêmia contra Deus. Isso tudo não aceitávamos (informação verbal).

No início, o preparo da terra era feito com as derrubadas das matas seguidas das queimadas, usando-se instrumentos manuais para o preparo, sendo o mês de setembro a época do plantio, período esse das chuvas na região. A primeira cultura praticada foi a cultura da mandioca, depois a cultura do café, até hoje hegemônica na região, “estava

assim respeitada a tradição agrícola do Sul do Estado” (AURICH, 1996, p. 64). Com a construção da Igreja, em 1958, outros comércios começam a se instalar acentuando o aspecto de comunidade.

Hoje, ao passar pela Avenida 9 de Agosto, principal avenida da cidade, é possível ver “eternizadas” algumas instituições, frutos desse processo de colonização, que compõem o imaginário do colonizador nos seus aspectos mais relevantes, podendo ser vistas constantemente pela população como uma forma de mostrar o valor e o apreço a essas instituições. Assim, todas as pessoas que passam por Jaguaré, necessariamente passam pela Igreja Católica, localizada ao fundo da única praça municipal. Do outro lado da rua, está a Prefeitura, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de Educação, a Biblioteca Municipal, as casas comerciais. Seguindo um pouco mais, tem-se o cemitério da cidade a lembrar a todos a nossa temporalidade nesta terra.

A partir de 1960, no auge do processo desenvolvimentista, acontece também a crise da cultura cafeeira e com ela “[...] uma nova mentalidade empresarial e uma outra forma de exploração das riquezas da terra. A mata começa a ser percebida como fonte inesgotável de lucro” (AURICH, 1996, p. 84). Daí em diante, acontece uma verdadeira destruição das áreas de reservas da Mata Atlântica pertencentes ao município,¹¹ com a instalação das serrarias.¹²

Esse reordenamento da estrutura econômica do município trouxe consigo o crescimento demográfico e, por extensão, o aumento das necessidades de melhoria nas condições de vida: “Jaguaré percebia que contribuía com impostos, era organizado e não tinha retorno, pois não havia energia, água encanada, a escola funcionava à noite com lampião (a energia só chegou em 1975)” (ALAÍDES MARIANI E DULCILÉIA RUSSE MARIANI).¹³ Esses aspectos impulsionaram a sociedade civil a se organizar para a conquista de tais benefícios. A solução encontrada foi a criação de uma organização não-governamental, de caráter filantrópico, e que conseguisse aglutinar os interesses e angariar recursos para

¹¹ A reserva de Sooretama, hoje pertencente ao município de mesmo nome.

¹² Segundo Alaídes Mariani, em 1973, existiam 23 serrarias no município.

¹³ O casal Alaídes e Dulciléia nos deu a entrevista juntos. Ambos antigos moradores de Jaguaré, sempre estiveram envolvidos na questão educacional e política do município. Ele ocupou cargos políticos, chegando a ser o prefeito do município. Ela exerceu, durante muito tempo, o cargo de chefe do Subnúcleo Regional de Educação. Ambos também são professores por profissão.

a construção de benfeitorias na comunidade. Dessa forma, cria-se, em 1960, o Comitê Pró-Melhoramentos de Jaguaré. Seu objetivo primeiro, segundo Alaídes Mariani, era abrir estradas porque, na época, não existiam e só “[...] posteriormente é que ele partiu para a área educacional”. Assim, a comunidade organizada em torno do Comitê, no ano de 1967, decidiu, em assembléia geral extraordinária, criar o Ginásio de Jaguaré. Esse Comitê representava uma instância de poder que se fortalecia, uma vez que conseguia mobilizar a coletividade e deliberava-se sempre em favor dessa coletividade. O Comitê possuía, então, bastante peso político no município de São Mateus que passou a subvencioná-lo, construindo obras importantes no município conforme indica o relato de Alaídes Mariani e Dulciléa Russe Mariani:

[...] construiu a cobertura da quadra de esporte (que é hoje o ginásio de esporte). Aquele prédio foi construído com recursos da comunidade, em sistema de mutirão, em 74. Com a demanda de alunos, implantamos o 2º Grau, Técnico em Contabilidade, até devido a esse exagero de serrarias e a demanda de mão-de-obra precisava de um curso técnico em Contabilidade e tínhamos professores na época suficiente, tanto assim que o colégio foi autorizado, logo reconhecido, e o comitê foi a primeira prefeitura de Jaguaré. Tinha convênio com a LBA, com a Prefeitura, com o governo do Estado, recebia verbas federais, tinha convênio como a Secretaria da Saúde, que possibilitaram a criação do hospital. Isso tudo gerava medo por parte do Poder Público de São Mateus, que com isso não investia em Jaguaré, com medo que ele se emancipasse.

Outras três instituições, duas na década de 70, e outra na década de 80, expressam o caráter político-participativo de Jaguaré: a Igreja e a Escola Família, fundada em 1972, e, num momento posterior, a criação do Movimento de Ação Política de Jaguaré (MAP), em 1984.

A Igreja, comandada pelo padre Aldo Lucheta, que havia recém-chegado da Itália e viera para Jaguaré em 1967, pregava os princípios da teologia da libertação e via, na grande propriedade e na expansão desenfreada das plantações de eucalipto, com a vinda da Aracruz Celulose para o Norte do Estado, o grande mal a ser combatido. Nessa época, a Igreja, sob o comando do pároco, combatia o imaginário de que a cidade era o único lugar de se viver. Isso fica bem ilustrado na fala de Vicente Cosme.¹⁴

O trabalho que era feito estimulava os agricultores a venderem suas terras porque tinha um discurso que na cidade a gente encontrava o que faltava na roça _ a vida boa _ a felicidade tava lá. Na cidade tinha luz, não falava nem energia, falava luz mesmo, tinha a televisão, o rádio e tinha o estudo. Tudo era fácil lá na cidade, e induzia a gente a vender a terra, que dava pra comprar a casa, estudar os filhos e

¹⁴ Vicente Cosme é agricultor. Também nascido e criado em Jaguaré, tem forte participação política, chegando a exercer cargo no poder legislativo do município. Sempre esteve muito presente na vida das ECORs.

ainda colocar um dinheiro na Caixa Federal. Não se falava poupança na época, era o dinheiro na caixa. Esse era o discurso dos que vinham comprar as terras dos proprietários: ‘olha, você vai ter a luz, a televisão, uma casa mobiliada, ainda vai sobrar dinheiro’; e aí faziam contas e mais contas. Eu mesmo vi eles fazerem estas contas para o meu pai; e diziam: ‘vai sobrar tanto, e você bota na Caixa’.

A criação da Escola Família Agrícola também foi motivada pelo padre Aldo que, percebendo a vocação agrícola do município e por, também, já conhecer esse trabalho, na Itália e aqui no Espírito Santo, organizou uma comissão de agricultores, representantes políticos e lideranças comunitárias para conhecer o trabalho das EFAs no Sul do Estado.

Dessa forma, a Escola foi construída em regime de mutirão, sobretudo pelo pessoal do campo que doava dias de trabalho e material para a construção. Por essa escola passaram quase todas as lideranças políticas do município. A valorização da agricultura familiar, da organização dos pequenos agricultores em cooperativas e/ou associações, a preservação dos recursos naturais e de uma agricultura alternativa ao pacote tecnológico, a formação de lideranças, etc. passaram a ser também debatidas pelos alunos que ali estudavam. Assim:

A outra vertente de prioridades é representada pelo setor da cultura e educação, valores introjetados desde cedo no imaginário do povo de Jaguaré, pelos costumes e tradições dos colonos e da ação da religião, sempre um elemento importante na vida da cidade. Em Jaguaré nunca se descuidou da educação, desde os tempos da fundação do ginásio (AURICH, 1996, p. 131).

O Movimento de Ação Política (MAP) surge após a eleição do primeiro candidato a prefeito, como um movimento de resistência aos desmandos do então prefeito eleito que, embora tenha sido eleito pelas forças populares, assumindo o compromisso de governar com a ampla participação popular, jogou por terra todas as propostas de governo elaboradas pelas comunidades organizadas, fazendo valer assim o dito popular: “O poder é como violino, se toma com a esquerda e toca-se com a direita”. Sobre o MAP, pela sua organização e relevância política, voltaremos a falar mais adiante.

Jaguaré viveu, a partir do final da década de 60 e nas décadas 70 e 80, uma grande agitação política, despertando tanto a curiosidade dos governos militares, quanto dos partidos de esquerda, que viram germinando ali uma semente política nova.¹⁵ Do outro

¹⁵ Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo e atual Secretário Nacional da Justiça e Cidadania Perly Cipriano, informou-nos que participou ativamente dos movimentos políticos de Jaguaré, chegando a reivindicar,

lado, temos relatos que confirmam a presença da polícia federal nas reuniões e encontros que realizavam. O relato mais freqüente da repressão militar aos cidadãos de Jaguaré, entre os entrevistados, refere-se a certa ocasião em que tiveram que levar o padre Aldo escondido, em um porta-malas do carro, para a Bahia, pois sabia-se de planos para executá-lo, “Se não fosse padre e italiano, ainda, não sei não”.

Existia, paralelamente a essas lutas sociais, uma estratégia política de se garantir representatividade na Câmara de São Mateus. Em 1970, o pequeno distrito conseguira eleger dois vereadores, que assumiram a presidência e a secretaria daquela casa. E, num movimento crescente, elegeriam, em 1976, quatro dos nove vereadores que compunham a Câmara, além do vice-prefeito, o senhor Túlio Pariz. Segundo Zoel Bonomo, elegeram-se ainda mais dois vereadores da roça em São Mateus e, pela primeira vez, a cidade perdeu para a roça. A importância de Padre Aldo foi muito decisiva nisso tudo. Assim, com a sociedade organizada e um grande número de representantes na Câmara de vereadores, viram, finalmente, reais possibilidades de libertarem-se de São Mateus, “a palavra mais falada era liberdade”.

Outro fato ajudou no desfecho final desse processo: o mandato de 1976 a 1980 foi prorrogado por mais dois anos e o então prefeito eleito renunciou os dois anos de prorrogação, deixando o vice-prefeito Túlio Pariz, que era de Jaguaré, terminar o mandato, tempo suficiente para se articular politicamente o processo legal de emancipação, tendo seu desfecho final, cumpridas todas as legalidades burocráticas, no dia 13 de dezembro de 1981, dia no qual o então governador do Estado, Eurico Resende, num grande comício em praça pública, assinava o decreto de emancipação.

Túlio Pariz permaneceu prefeito das duas cidades, Jaguaré e São Mateus, nos anos de 1981 e 1982, período este necessário para a realização das eleições no novo município. Nesse período, a comunidade acreditava ser forte o suficiente para, independentemente de quem estivesse lá, conseguir fazer valer suas reivindicações. As discussões rolavam em torno das prioridades a serem empreendidas no primeiro mandato e quem seria o primeiro prefeito. Na época, pensava-se em ter um candidato de consenso, pois, até então, a comunidade era toda unida, mas aqui começa a nascer o político, os jogos de

na executiva nacional do Partido dos Trabalhadores, um estudo desses movimentos, que eram então inéditos em todo o Estado.

interesses, as alianças, etc. que culminaram na criação de dois partidos, o MDB, de oposição, e o PDS, partido considerado conservador e da situação.

O trabalho de base, iniciado bem antes do processo emancipatório, fortaleceu-se nesse momento, sobretudo no meio rural, e, devido à cultura que tem o povo de Jaguaré que “sempre gostou de fazer assembléias, sempre gostou de reunir, de discutir”, elaborou-se o primeiro orçamento municipal para os primeiros anos do novo governo. Conforme lembra a professora Elizabete Nardi,¹⁶ esse orçamento municipal foi “O primeiro da história, do Brasil a gente não sabe, mas do Espírito Santo, com certeza”. Elegeu-se um conselho popular que discutia em todas as comunidades as propostas de governo e depois aprovava em uma grande assembléia popular. Segundo Vicente Cosme, o prefeito Túlio Pariz, trouxe de São Mateus o

Contador que deu todos os dados técnicos e financeiros, das possibilidades do que podia e do que não podia ser investido; e posteriormente levado à Câmara de São Mateus, para ser aprovado. Como o MDB tinha seis vereadores, foi aprovado sem nenhum problema. O orçamento foi feito de acordo com a vontade e participação das comunidades.

Escolheram, então, como candidato, pelo MDB, o jovem Domingos Sávio Martins que também esteve engajado desde o início no processo democrático e, por isso, acreditavam que seria mais fácil implementar uma administração que de fato transformasse as propostas populares em ações políticas. Estava eleito o primeiro prefeito de Jaguaré.

Em janeiro de 1983, o MDB assumiu a prefeitura, devendo o prefeito ser apenas um coordenador, já que seria um Conselho Administrativo Municipal o responsável por formular políticas, fiscalizar e avaliar as ações.

Eram feitas reuniões nas comunidades, onde esta escolhia seus representantes para o diretório, sendo estes automaticamente representantes (membros) do Conselho Administrativo Municipal, pelo qual era esclarecido, discutido e melhorado o Plano Administrativo e Político do Município. Este seria executado conforme decisão do conselho, tendo o prefeito como coordenador (MAP, Documento Básico, 1985).

Dessa forma, o primeiro prefeito encontrou um orçamento municipal elaborado pelas comunidades e muita esperança de novos tempos, novas conquistas. Segundo nossos

¹⁶ Elizabete Nascimento Nardi. Hoje professora aposentada, teve forte participação política no município, exercendo o cargo de Secretária de Educação na época da criação das ECORs.

entrevistados, no primeiro ano e um pouco do segundo, ele executou as propostas vindas das comunidades.

Entre as realizações desse mandato, no que se refere ao setor educacional, a preocupação maior foi em construir, reformar, ampliar, e também com a formação dos professores. Alaídes Mariani e Dulciléia Russe Mariani resumem algumas das realizações ocorridas nesse período:

[...] a demanda de alunos de Jaguaré era grande; e a parte física era precária (escolas funcionavam embaixo de mangueiras, em paiol. Na Japira, por exemplo, era um barraquinho de estuque). Assim, o primeiro mandato se envolveu mais com essa parte. Construiu escolas em muitos lugares que não tinha escola. Uma segunda preocupação foi com recursos humanos. Era uma carência. No interior, não tinha ninguém. Só tinha em Fátima uma pessoa com magistério. Então, foi já no segundo ano de mandato que a gente já pensou, e aí entra o trabalho do Subnúcleo Regional de Educação, que, antes mesmo de ser município, já tinha uma pessoa que respondia por São Mateus, criando-se aqui uma extensão do Subnúcleo. Começamos, então, a pensar como é que podíamos expandir a rede, se não tinha profissionais habilitados. Assim, ainda em 82, já conversávamos com Túlio Pariz, e introduzimos o “Apronte”, para formação de magistério e todo esse pessoal que estava na rede, em especial no meio rural, e não tinham magistério. Depois, em 1983, já estruturamos o projeto de transporte escolar. Jaguaré foi o primeiro município do Estado a ter transporte escolar. Puxava daqui para São Mateus, aos sábados, e, em 84, já levava para fazer o magistério normal. Pois tinha pessoas que terminavam a 8ª série na escola particular e iam de carona com a maior dificuldade (tinha umas 4 ou 5), mas, quando iniciou o transporte, o ônibus ia cheio de alunos que davam aulas no Jardim. Já trabalhavam, mas eram todas sem habilitação. Jaguaré foi o primeiro município do Estado a ter transporte escolar. Entendíamos que não adiantava começar nenhum trabalho se não se partisse da Educação.

Porém, o aspecto político, a partir do segundo ano de mandato, começou a se complicar, pois o prefeito eleito não mais estava disposto a governar segundo as reivindicações das comunidades. De acordo com Elizabete Nardi, ele começa a perceber

[...] que as comunidades tinham força e que aquele orçamento realmente vinha a atender às comunidades e dava uma sustentação às lideranças das comunidades. As lideranças estavam aparecendo e as comunidades estavam conquistando aquilo que elas queriam e com isso a força dele era diminuída. Nesse momento, foi puxada a linha que tinha dado às comunidades e elas perceberam que não dava mais (informação verbal).

Então, há um rompimento das comunidades com o MDB, que passara a ser a pessoa do prefeito e não mais o partido. O prefeito assume uma postura autoritária e perseguidora, segundo nossos entrevistados, frente às manifestações contrárias a seu governo. Túlio Pariz menciona que as palavras de ordem eram: “Prendo e arrebento aqueles que falarem mal do meu governo”. Somavam-se a esse quadro os desmandos de toda sorte, como o

“[...]apadrinhamento político, suspeitas de corrupção e ainda ele se aliou ao partido de direita da época” (VICENTE COSME, informação verbal).

Esses aspectos levaram as comunidades a se organizarem novamente, fortalecendo as organizações de base, sobretudo no meio rural, dando a esse movimento o nome de Movimento de Ação Política de Jaguaré, criado em 1984. Três eram as finalidades desse movimento, segundo seu Documento Básico: a) estudar e se preparar para elevar o nível ideológico e político; b) melhorar a capacidade de avaliar e analisar; e c) utilizar o partido político para alcançar o poder e pôr em prática “O Plano Administrativo com Participação Comunitária”.

Dessa forma, por todas as comunidades rurais, e também na sede, organizavam-se grupos de dez pessoas para alcançarem esses objetivos. Acontecia, conforme relatos, em muitas comunidades, haver mais de um grupo. Cada grupo elegia entre eles uma diretoria simples, composta de um Coordenador(a), um Secretário(a) e um Tesoureiro(a). Essa diretoria de três pessoas elegia a Coordenação Central do MAP, também composta de um Coordenador(a), um Secretário(a) e um Tesoureiro(a). O fórum máximo de decisão do MAP era a Assembléia Geral, da qual participavam todos os dez membros integrantes de cada grupo. O que orientava a ação político-ideológica desse movimento era a crença de que só pela luta organizada seria possível acabar com a dominação. Assim pregavam que

Numa ação política o homem deve ser livre para se tornar sujeito desta ação, nunca ser manipulado para que não torne objeto da ação política [Devendo, assim,] usar a ação política como serviço de libertação da classe oprimida e proibir qualquer tipo de manifestação que venha servir a interesses particulares e aos interesses da classe opressora (MOVIMENTO DE AÇÃO POLÍTICA - Documento Básico, 1985).

Havia toda uma discussão sobre a problemática da terra, “[...] mas o MAP estava presente em todas (política, educação, saúde)”. Inclusive, o próprio José Rainha, líder do Movimento Sem-Terra, que, na época, residia em Linhares, participou de várias reuniões na EFA, conta Zoel Bonomo. Nessa época, sem dúvidas, o trabalho de conscientização foi iniciado pela Igreja, na pessoa do padre Aldo, e fortalecido pelo MAP que impediu o avanço das plantações de eucalipto e também conteve o grande êxodo rural.

As lideranças desse movimento eram duramente perseguidas pelo prefeito da época. Por isso buscaram duas formas de se manifestar: uma por meio da denúncia com panfletos, pichação e um famoso jornal, chamado Bacurau, que era espalhado à noite, e denunciava

todos os fatos, corrupções, etc. sem, contudo, ninguém saber até hoje ao certo quem de fato redigia esse jornal. Havia uma inquietação generalizada por toda a cidade toda vez que um número do Bacurau era espalhado. “Era a única forma que nós tínhamos de nos manifestar, sem ter problema, já que, no governo municipal, tinha o ‘prendo e arrebento” (TÚLIO PARIZ); a outra forma de se manifestar, pensada pelo MAP, foi a criação de um partido político para a tomada do poder, culminando com a criação do Partido dos Trabalhadores no município, em 1986.

Começou, então, a discussão para a “tomada do poder” e realização de uma administração que de fato trabalhasse num amplo processo de participação popular. Assim, no dia 1º de maio de 1988, lançou-se a campanha eleitoral.

O candidato deveria ser o agricultor Zoel Bonomo, que era, na época, a grande liderança do interior, porém, num acordo entre o Sr. Túlio Pariz e o PFL, para que esse partido lançasse candidato e firmasse apoio a Túlio Pariz. O PFL aceitou apoiá-lo, só que com a condição do candidato a prefeito ser o Túlio Pariz e Zoel ficar sendo seu vice, pois eles queriam apoiar o Sr. Túlio e não o PT; o que foi aceito, pois a força, acreditavam, estava no movimento, na sociedade. A letra da música da campanha, elaborada por Zoel Bonomo, confirma essa crença:

Já faz mais de quatro anos
que formamos a corrente
para o plano organizar
agora chegou a hora,
Não vamos ficar de fora
Desse plano popular [...]

Na noite que antecedeu às eleições, toda uma estratégia foi montada para que não houvesse nenhuma surpresa, lembra Elizabete Nardi:

Não foi fácil como se imaginava, foi apertada. Se nós não tivéssemos montado uma estratégia para o dia de eleição, teríamos perdido. Montamos uma estratégia fazendo vigília desde a madrugada (e isso nunca tinha ocorrido aqui, o que surpreendeu o grupo deles). Nos posicionamos em pontos estratégicos à noite. Tivemos uma equipe que passou nos bairros mais pobres que a gente sabia que votava para ele [...] Antes de amanhecer, já estávamos com a equipe a postos nos diversos pontos de votação. Nas saídas dos bairros, tinha uma equipe para fiscalizar os meios de transportes – ônibus, caminhões, etc. A intenção era coibir que eles fizessem qualquer suborno [...] Uma coisa interessante que hoje a gente

não consegue fazer mais é que ninguém se aproximava do eleitor nos locais de votação [...]. Descobrimos logo e garantimos que lacrassem a porta da cozinha até que chegasse um Oficial de Justiça, ou juiz, e quando chegou, nós entramos e abrimos a cozinha, pedimos que o Oficial de Justiça levantasse a toalha: uma das bacias estava abarrotada de cédulas, então eles davam o pão e a cédula.

Dessa forma, ganhou-se a eleição, sendo uma das primeiras prefeituras do Estado a terem uma administração do PT. Esse período, no que se refere à educação, foi riquíssimo para o município, sendo criada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEMEC) e montada uma equipe pedagógica. Foram feitos vários convênios de parcerias da SEMEC, com a Universidade Federal do Espírito Santo, para a formação de professores, realização de concurso público, elaboração do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreiras e Vencimentos do Magistério. Os professores recebiam um salário bem acima do que se pagava no Estado, de um modo geral.

Quanto à formação de professor, afirma Elizabete Nardi, Secretária de Educação no período 1989-1992,

[...] nós assinamos um convênio com o MEPES para que a gente tivesse a possibilidade de encaminhar alguns professores que quisessem fazer o curso no Centro de Formação do MEPES (durante um ano, garantindo, inclusive remuneração para eles estudarem). Em 90, encaminhamos duas professoras para fazer o Centro de Formação. Também conseguimos, preocupados com a formação não só dos professores das ECORs, mas do município, assinar um convênio com a universidade e realizar muitos cursos grandes. Teve um curso chamado Pedagogia Popular que foi de 180 horas, que durou quase um ano e meio. Abordou a parte mais sociofilosófica e sociológica, e também cursos nas diversas disciplinas (Português, Matemática, História, Geografia).

É nesse período que se cria também o projeto das Escolas Comunitárias Rurais. Uma pesquisa, feita pela UNICEF/CENPEC (1993, p. 22), no final dessa administração sintetiza bem as *lições aprendidas* nesse período:

- Povo organizado e participante é um poderoso aliado do prefeito na expansão e melhoria do ensino.
- A educação ganha em eficiência quando ela faz parte do projeto de vidas das pessoas e respeita o cotidiano da comunidade.
- Vontade, organização e objetivos claros são condições para uma eficiente administração do sistema escolar.
- A autonomia pedagógica e administrativa da escola é fator de estímulo e inovação.

Mas, se na educação as coisas funcionaram bem, chegando a conquistar reconhecimento nacional da UNICEF, o mesmo não aconteceu no conjunto da administração. Essa administração foi marcada também por enormes conflitos, tanto com a base partidária,

quanto com os movimentos de base. O prefeito eleito, a partir do segundo ano de mandato, já havia abandonado o partido e as propostas das comunidades já não tinham ressonância em formas de ações políticas. Nesse momento, segundo Zoel Bonomo,

[...] entrou em choque a discussão popular que o MAP fazia com a discussão partidária. Ela se chocava, PT e MAP se chocavam e com a administração nem se fala. O Túlio achou que o MAP queria mandar na administração. Os secretários diziam ao prefeito: 'Rapaz, deixa de ser besta, você é o prefeito, não precisa ser mandado pelo MAP, não'. E nós fomos bestas. Ao invés de voltar a ser MAP, não, nos recolhemos. Aí o próprio PT começou a bater no MAP. O Perly Cipriano que era um admirador do MAP não conseguiu intervir, pois havia uma ala dentro do PT que achava que o MAP era partido político e não se podia admitir um partido dentro de outro partido.

Na realidade, o MAP foi extinto em 1989, mas há relatos de que as pessoas continuaram a participar, mas já sem a mesma força que tinham antes, como movimento. Os idéias políticos coletivos haviam se transformado e encontrado corpo na burocracia administrativa. Não se falava a mesma língua definitivamente, mas, de qualquer forma, foi uma tentativa mesmo que inicial de se aprender a governar ouvindo a coletividade.

Todos esses conflitos culminaram na reeleição, em 1993, do primeiro prefeito da cidade, que, juntamente com seu grupo político, soube aproveitar bem o conflito de poder da tão sonhada administração popular. Nesse momento, com o discurso renovado, dizendo ter aprendido as lições com seus erros do passado, o candidato do PMDB chega novamente ao poder municipal. Porém não chega a governar, pois saiu para ocupar uma vaga de deputado onde era suplente, desde a última eleição ocorrida para esse cargo, deixando seu vice, Alaídes Mariani, assumir a pasta de prefeito em 2 de fevereiro de 1993. Sávio justificou sua saída para o palácio Anchieta, dizendo que seria de grande ganho para o município, uma vez que este estaria amparado também em nível estadual, podendo, assim, trazer mais verbas e benefícios para o município.

Porém, as relações entre essa dobradinha foram, desde cedo, um mar de conflitos, dado o caráter centralizador do agora deputado, não aceito pelo prefeito. Racharam-se as relações, definitivamente a partir do segundo ano de governo. Após esse racha, Alaídes recompõe alianças e faz um governo de consenso, dando continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado, sem grandes conflitos e sem grandes projetos; tentando agradar a gregos e troianos, o que, de certa forma conseguiu, pois elegeu seu sucessor, para o mandato de 1997-2000, Evilázio Sartório Altoé, pelo PSDB.

Mas todo esse movimento histórico certamente repercute no Jaguaré de hoje, pois hoje Jaguaré possui uma população 17.051¹⁷ pessoas das quais 10.264, isto é, 60,2%, ainda são residentes no meio rural. O município conseguiu, de certa forma, freiar a entrada das grandes plantações de eucalipto no município por meio da conscientização dos proprietários em não vender suas terras e, se observarmos bem, lembra Alaídes:

[...] quando a gente vem de Linhares rumo a São Mateus, na faixa que compreende a área de Jaguaré, você não vê eucalipto. Esse foi um trabalho de organização de base e, se Jaguaré tivesse deixado entrar o eucalipto, hoje seria um deserto, pois os grandes projetos faliram e o pessoal teria saído.

Jaguaré possui uma área de 695,20 km². Fica a 203 km de Vitória, capital do Espírito Santo; é ligada a esta pela Rodovia Federal, a BR 101 Norte, e pela Rodovia Estadual José Dalvit. Sua estrutura fundiária é baseada na pequena propriedade. Dos 855 imóveis rurais existentes de 1 a 1000 hectares, 628 estão situados na faixa de 10 a 100ha e 830 pertencem a pessoas físicas e 25 a pessoas jurídicas.

É possível, embora com todas as perdas e danos, perceber um crescimento político da população, expresso, sobretudo na capacidade de renovar seus quadros políticos, se o que foi prometido não for cumprido. Nesse sentido, no que se refere à educação, instituiu uma forma de respeito, que não é qualquer prefeito que pode abalar. Se não houver investimentos nesse setor, o conjunto da população reprova mesmo.

Por outro lado, após a instituição do poder público municipal, os movimentos sociais têm sofrido constantes retrocessos e, gradativamente, têm decrescido em importância e participação na vida socioeconômica e cultural do município. Os representantes políticos em todos os mandatos são, do nosso ponto de vista, os principais responsáveis pelo retrocesso, pois, de uma forma ou de outra, procuram minar os canais de participação da população, declarando ser este ou aquele grupo que fez determinada obra para o município, quando, na realidade, a sociedade institui-se coletivamente. Exemplos disso são a extinção do Comitê Pró-Melhoramentos de Jaguaré e do MAP; uma constante marginalização da EFA, dos sindicatos rurais; falta de apoio e incentivo às associações e cooperativas, etc. Isso tende a levar o município, progressivamente, a uma apatia social que não trará ganhos de espécie alguma, a não ser para o grupo dominante que conseguirá fazer da coisa pública espaço de conquista de prestígio e poder.

¹⁷ Fonte IBGE, 1991.

3.1- Um olhar para as possibilidades coletivas já construídas

É possível ver, nesta curta história de Jaguaré que o município tinha uma forma de resolver seus problemas por meio da política, tal como a concebe Castoriadis (1992), de forma coletivamente democrática, orientada por valores que diziam respeito à melhoria das condições de vida da coletividade, mas foi, posteriormente, tomado pelo poder explícito, tirano, tanto pela direita quanto pela esquerda.

Porém, o que ficou instituído no imaginário das pessoas, como memória coletiva de um tempo-espaço, será sempre uma possibilidade de retomada das formas políticas de organizar a vida. É neste sentido que projetos que visam o bem coletivo vem sendo historicamente construídos e mantidos, como construções sociais impregnadas de sentido coletivo de bem estar social para uma maioria. Esses projetos devem ser potencializados pela educação municipal, no sentido de retomada da via pública de administrar o município.

Então, da trajetória político-emancipatória pensamos ser indispensável, mostrar as construções sociais que reinstalam uma outra ordem de prioridades na agenda de qualquer “representante” político, pois, historicamente, pensa-se o coletivo, como forma de mostrar na prática o que entendemos por espaços que têm possibilidades emancipatórias se devidamente ocupados pelo sentido político-educacional.

Consideramos também que a história dos movimentos sociais, de um modo geral (e os de Jaguaré especificamente) e dos projetos e programas que apresentamos adiante sejam fruto de novas sistematizações quando por ocasião da discussão e da implementação dos eixos teóricos, principalmente ao que se refere ao poder e a política.

Quadro 1- Construções socioeducativas atualmente em funcionamento em Jaguaré

PROJETOS	OBJETIVOS	AÇÕES	ABRANGÊNCIA
“Bem Viver”	<ul style="list-style-type: none"> * Capacitar para a geração de trabalho e renda de mulheres desempregadas/subempregadas; * Resgatar a auto-estima, cidadania, valorização pessoal e profissional; * Estimular a participação na vivência em comunidade e ao trabalho coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> * Capacitação técnica de diversos cursos; * Confecção e venda de diversos produtos artesanais como biscoitos, pintura em tecidos, bordados, pintura em telas, produção de doces, tortas e salgados, sabonetes... 	<ul style="list-style-type: none"> * 282 Mulheres acima de 16 anos.
“Projeto Boa Vista”	<ul style="list-style-type: none"> * Beneficiar as famílias carentes dos bairros Boa Vista I e Boa Vista II, melhorando o desenvolvimento das crianças e o bem-estar social. 	<ul style="list-style-type: none"> * Cultivo de frutas, legumes e verduras através de processo orgânico de produção pelas mães de famílias carentes; * Manejo adequado da área de produção (5 hectares); * Divisão igualitária de toda a produção; * Complementação da alimentação familiar com o recebimento de uma cesta-básica mensalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> * 125 famílias (representadas no projeto pelas mães).
“Mão Amiga”	<ul style="list-style-type: none"> * Atender famílias carentes e desprovidas de moradia digna; * Despertar nas pessoas o espírito de parceria e coletividade. 	<ul style="list-style-type: none"> * Disponibilidade de material e equipamentos para a produção de blocos que serão utilizados na construção de suas casas; * Recebimento de uma cesta-básica mensalmente; * Recebimento de uma cota de material de construção complementar para a construção das casas. 	<ul style="list-style-type: none"> * 191 famílias com a fabricação de 401.290 blocos
“Coopeveja” - Cooperativa das indústrias de vestuário de Jaguaré	<ul style="list-style-type: none"> * Gerar trabalho e renda para o povo de Jaguaré; * Organizar formas de trabalho cooperativo para a produção de meios de melhoria de vida; * Produzir e comercializar produtos de vestuários; 	<ul style="list-style-type: none"> * Cessão de espaço físico, por um período de 20 anos, para a realização dos trabalhos da cooperativa; * Compra de equipamentos e moveis para o setor administrativo e máquinas de costura para a produção; * Construção do “Centro de Apoio Criança Feliz” que acolhe os filhos dos cooperados durante o expediente, proporcionando-os suporte pedagógico; * Recebimento de cesta-básica e vale-transporte aos cooperados; * Incentivo a participação em cursos, palestras e viagens de intercâmbio. 	<ul style="list-style-type: none"> * 95 cooperados, 20 criança (filhos dos cooperados).

"Novo Horizonte"	<ul style="list-style-type: none"> * Atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social; * Garantir o desenvolvimento físico-psico-social da criança e adolescente; * Envidar junto à criança e ao adolescente a importância de integração em família, buscando o bem estar de todos que a compõem; * Estimular na criança e no adolescente a percepção da necessidade e importância da participação na conquista da cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> * Atividades diversas: aulas de música, reforço escolar, capoeira, atividades educativas e culturais, alimentação balanceada, acompanhamento psicológico e escolar à criança e ao adolescente em horário inverso ao do ensino regular. 	<ul style="list-style-type: none"> * 200 crianças em horário inverso ao da escola de ensino regular.
"Novo Tempo"	<ul style="list-style-type: none"> * Trabalhar a integração entre as famílias carentes do bairro Novo Horizonte; * Desenvolver atividades relacionadas ao cultivo de frutas, verduras e legumes; * Enriquecer a alimentação familiar; * Melhorar o desenvolvimento das crianças e o bem estar social. 	<ul style="list-style-type: none"> * Cultivo de frutas, legumes e verduras através de processo orgânico de produção pelas mães de famílias carentes; * Manejo adequado da área de produção; * Venda da produção para a população do município; * Divisão de parte da produção entre as famílias integrantes do projeto; * Palestras, viagens de estudo, visitas a outros projetos sociais, assistência de vídeos... 	<ul style="list-style-type: none"> * 44 famílias carentes (mães) em dois turnos de atividades.
Escolas Comunitárias Rurais Municipais	<ul style="list-style-type: none"> * Oportunizar a escolarização de 5ª a 8ª séries aos filhos e filhas de pequenos agricultores de forma a não descontextualizá-los de seu meio; * Trabalhar com filhos e filhas de agricultores(as) na perspectiva de um desenvolvimento eco-socialista. Entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> * Oferece escolaridade de 5ª a 8ª séries a partir da pedagogia da alternância por meio de temas geradores 	<ul style="list-style-type: none"> * Todas as comunidades rurais do município
Programa de valorização da Educação rural	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver educação nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) de forma diferenciada, valorizando o universo cotidiano em que as crianças estão inseridas 	<ul style="list-style-type: none"> * Trabalhar com crianças de 1ª a 4ª série a partir de temáticas geradoras 	<ul style="list-style-type: none"> * 9 comunidades rurais pólos.
Programa de bibliotecas nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar a leitura e a reflexão em todo o município. 	<ul style="list-style-type: none"> * Disponibilizar em todas as comunidades rurais e distritos um acervo diversificado de livros, revistas, jornais, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> * Comunidades pólos do município.
Programa carregando arte	<ul style="list-style-type: none"> * Publicação de poesias e narrativas em livros e depois em sacolas para serem usadas em embalagens de supermercados, padarias, etc. * Estimular, valorizar e socializar a produção artística local 	<ul style="list-style-type: none"> * Criação de mecanismos de incentivo a leitura e a escrita, valorizando-a por meio de sua publicação. * Utilizar pontos do comércio (padarias, supermercados, farmácias, etc.) para divulgar os trabalhos que são publicados em livros e depois em sacolas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Todas as escolas do município.
Programa de resgate da memória cultural	<ul style="list-style-type: none"> * Valorizar a cultura local por meio do resgate histórico do cotidiano dos primeiros moradores 	<ul style="list-style-type: none"> * Criação do centro cultural e comunitário do município; 	<ul style="list-style-type: none"> * Todo o município de Jaguaré.

		* Localização de peças históricas e sua catalogação; * Realização de diversas atividades sócio-culturais.	
Recuperação dos mananciais hídricos do município	* Recuperar os mananciais hídricos do município por meio de reflorestamentos eco-turísticos.	* Construção de barragens; * Reflorestamento com plantas nativas * Repovoamento de peixes nas lagoas municipais; * Construção de espaços de lazer associados a preservação ambiental.	* Diversas localidades do município.
Asfaltamento das vilas rurais	* Construir asfaltamento nas principais vias de acesso ao o distritos municipais.	* Construção de asfaltos municipais nas principais comunidades rurais.	* Comunidades rurais do município.

Esses projetos sociais apontam claros sinais de que a comunidade tem em sua memória perspectivas emancipatórias pelas quais luta, e isso transcende o poder explícito dos representantes políticos e que esperamos potencializar em termos de política e dos processos político-pedagógicos. Vemos que na educação também residem possibilidades e esperanças, pois, como em Pasárgada 2, somos uma comunidade educativa almejando, com olhar no passado, entender os conflitos e enigmas de nosso tempo, e isso é o que tem levado a repetidos investimentos na construção e na reinvenção desta proposta.

Mas, tomando o passado/presente dos moradores de Jaguaré (incluídos aí seus professores) como articular isto a uma proposta filosófica coerente com seu contexto socio-histórico? Que temáticas devem ser ressaltadas? Como proceder? Esses são os aspectos que trataremos adiante.

4- A CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS (RE)SIGNIFICADAS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DAS DISCUSSÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO.

A importância de que essa perspectiva de trabalho seja coletivamente construída e trabalhada é muito grande, pois estaremos buscando o sentido das nossas ações e intenções educativas. Por outro lado, destacaremos seu caráter sempre inacabado, levando em conta que a realidade se transforma.

Como a realidade é uma construção social, numa dialética objetiva e subjetiva no plano dos interesses individuais e sociais, como afirma Berger e Luckman (1985) e; noutra interpretação próxima (a de Castoriadis 1982), a sociedade é uma instituição imaginário-social formada por uma interface entre os produtos da nossa racionalidade com a psique-soma. Dito de forma simples, à medida de nossos interesses, escolhemos e elegemos coletivamente como prioridades determinadas coisas, criamos o bom e o ruim, o belo e o feio, a forma das pessoas se relacionarem umas com as outras, a política que desejamos, etc. Uma vez escolhidas essas “coisas”, movemos nossas inteligências no sentido de construir esses objetos do nosso interesse tornando-se realidades coletivas.

Contudo, a materialização dessas escolhas não ocorre a nosso bel prazer e magicamente, elas efetivam-se ao longo da história mobilizando saberes numa intrincada rede de significados e significantes na trama do poder e da emancipação, do conhecimento e da cidadania. Posto isso, colocaremos para a educação uma dimensão importantíssima na instituição de novos sentidos para a vida humana e, mais ainda, um poder de também determinar aspectos relevantes em outras dimensões da realidade socioeconômica.

Nesse sentido, cada vez mais vem se desenvolvendo e crescendo a idéia de que “um outro mundo é possível”¹⁸. Essa idéia globalmente socializada e partilhada por um coletivo anônimo de pessoas já “sem pátria” traz para a discussão novas visões de homem, mundo e sociedade na era tecnológica e da globalização.

Ao colocar a possibilidade e a necessidade de outro mundo nega-se o mundo atual hegemonicamente instituído e indicam-se algumas questões que devem ser repensadas seriamente por toda a sociedade, sobretudo pelos segmentos educativos para constituição de outros padrões de referência.

¹⁸ Título amplamente divulgado a partir do fórum mundial social de Porto Alegre-RS, Brasil.

Essas questões são complexas e demandam um esforço teórico no sentido de entender a constituição do mundo moderno, para tanto recorreremos a visões de alguns teóricos no sentido de nos apropriarmos de concepções sócio históricas, filosóficas e sociológicas que nos aproximem do entendimento dessa complexidade, com a intenção de que este olhar se constitua em uma visão de mundo, homem e sociedade e se presentifique na Proposta Filosófica Municipal de Jaguaré-ES.

Questões complexas se põem toda vez que pensamos no **mundo** que estamos construindo e vivendo. Recentemente, muitas das certezas que tínhamos caíram por terra; os paradigmas que nos serviam de referencial para atitudes e posicionamentos políticos-ideológicos parecem frágeis diante dos problemas postos pela realidade cotidiana; o mundo globalizado e tecnologicamente avançado não ameniza em nada os dilemas cruciais da humanidade; sobretudo os problemas referentes à miséria social (fome, violência, egocentrismo, drogas, prostituição, doenças, etc.) e política (de opressão dos mais ricos sobre os mais pobres, de guerras, de predominância do capital sobre o ser humano, de roubo dos bens públicos por quem deveria protegê-los).

Diante desse cenário criamos um sentimento de pessimismo, de inércia social e de desânimo coletivo, de falta de horizontes utópicos e ideológicos e de total descrença na espécie humana dado ao caráter destrutivo dos homens. A história parece ter chegado ao fim e estamos a viver sobre pressupostos já esgotados, pois há enorme incapacidade de repensarmos coletivamente os nossos destinos e apontar luzes, saídas ao final do túnel. Isso é muito paralisante e leva individualmente cada ser e o conjunto da sociedade a pensar a partir do seu umbigo e dos seus interesses momentâneos.

Esse quadro se agrava à medida que povos-nações tornam-se hegemônicos economicamente e descartam qualquer possibilidade de humanidade se não forem os que vão de encontro aos seus interesses financeiros. Eliminam-se povos para se manter o privilégio econômico de poucos, destroem-se ecossistemas inteiros para se extrair bens ou produzir materiais inúteis.

Todas essas informações são facilmente localizadas em estatísticas oficiais ou organizações não-governamentais e estão de tal forma disponível ao público que “*só não enxerga quem não deseja ver*”. Por outro lado impressiona a apatia diante de tais fatos, o total descaso de toda a sociedade, como se isso não lhes afetasse em nada. Seguindo

essa linha de pensamento, no caso da educação pública, afirma Linhares (1997, p. 59) “[...] a maior tragédia da escola pública é que ela convive com o conformismo da sociedade”.

Diante desse quadro mundial, como pensar o homem e a sociedade local? Que outras categorias sóciofilosóficas devemos nos apropriar para dar conta de, pelo entendimento, encaminhar uma formação que aponte pistas para a superação desse contexto predatório e desumano. Nisso sabemos que a educação é um forte instrumento de luta, uma vez que lida com a formação de consciência. É aqui que iniciamos nossa proposta pedagógica, pois firmamos posição em favor da possibilidade de modificarmos o quadro atual, tendo na **educação** um instrumento de lutas, sabendo que outras áreas do conhecimento devem pôr-se também em movimento constante de construção e reconstrução de uma nova ordem social, que privilegie a igualdade de acesso e permanência a todos.

4.1- INTERFACES ENTRE A PROBLEMÁTICA MACRO E MICRO ESTRUTURAL

Nossa intenção neste tópico é trazer uma reflexão macroestrutural dos processos instituídos e instituintes verificando em que medida se inter-relacionam com as dimensões locais, isto é, no município de Jaguaré. Nesse caso o recurso à metáfora nos remete ao caráter utópico dos sonhos possíveis e desejáveis no âmbito educacional

Mais especificamente, queremos estar respondendo às três questões enunciadas, ou seja: que mundo queremos, devemos e podemos construir? Que homem e que sociedade devemos pensar neste contexto? Como articular a educação aos desafios de reconceitualização do mundo, do homem e da sociedade no momento atual?

Tomando as questões apontadas, pensamos que as contribuições de Santos (1995), no que se referem a reflexão sobre os principais problemas mundiais em seus espaços-tempos (mundial, espaço-tempo da cidadania, doméstico, da produção), bem como as três dimensões paradigmáticas por ele apontadas (conhecimento e subjetividade, padrões de transformação social, poder e política), alteridade dão conta de indicar caminhos no sentido de trazer categorias que devemos refletir sempre no processo educacional de todo o município, aproximando assim a proposta pedagógica municipal aos determinantes socioculturais e econômicos mais amplos.

Acreditamos que na localização e reflexão sobre esses problemas, podem ser visualizadas perspectivas emancipatórias a serem implementadas pela educação municipal.

4.1.1- O espaço/tempo mundial

No espaço-tempo mundial, para Santos (1995), agravam-se as disparidades entre países periféricos e países centrais. Nesse espaço-tempo, é necessário que se reflita sobre a *explosão demográfica*, a *globalização da economia* e a *degradação ambiental*. Com relação à explosão demográfica, o problema fundamental é que ela ocorrerá nos países periféricos. Segundo o autor, na mais otimista das projeções, em 2025, o Brasil, por exemplo, passará de 154 milhões para 245 milhões de habitantes. Com essa explosão demográfica, salienta o autor, crescerá, par e passo, a fome e o desemprego “[...] de vastas massas de população, com o colapso ecológico e provavelmente a violência”. Nesse sentido, é problemática a relação entre os padrões de consumo dos países centrais e dos países periféricos, pois, se, por um lado, sua população tende a crescer; por outro, o atendimento às suas necessidades básicas em nada está garantido.

Quanto à globalização da economia, ocorre uma desregulação dos mercados financeiros internos, o que provoca um deslocamento do poder de decisão dos Estados nacionais sobre sua economia. Concomitante a esse processo, está a revolução dos meios de comunicação na questão econômica, que, por meio de empresas multinacionais, operam nos diversos países. Esses dois aspectos “[...] reduziram a muito pouco o privilégio que até há pouco o Estado detinha sobre a vida nacional - a moeda e a comunicação - considerados atributos da soberania nacional e vistos como peças estratégicas da segurança nacional” (SANTOS, 1995, p. 291). Com as empresas multinacionais, vindas sobretudo dos países “centrais”, aparece outro fator importante que concorre para o aumento das disparidades entre países “centrais e periféricos”, o avanço tecnológico como um todo. No caso específico da agricultura, por exemplo, é grande o avanço da Biotecnologia, fazendo com que a produção de alimentos cresça mais que a população. O problema aqui é que a Biotecnologia, fomentada principalmente por essas empresas multinacionais, sujeita “[...] as patentes às descobertas biotécnicas e que, por isso, privam dos seus benefícios todos os que não puderem pagar os direitos autorais (*royalties*)” (SANTOS, 1995, p. 292).

A degradação ambiental atingiu patamares desastrosos com o processo de colonização e desenvolvimento dos países centrais sobre os países periféricos, pois, como vimos, ocorreu de forma predatória. Atualmente, por mais paradoxal que pareça, a degradação ambiental, dependendo da forma como for enfrentada, pode redundar em um processo de solidariedade entre os países periféricos e os países centrais, podendo os primeiros extraírem dos segundos “algumas concessões”, a fim de garantir a existência do planeta às futuras gerações. Entre os problemas ambientais ameaçadores do planeta estão o “efeito estufa” e a perfuração da camada de ozônio. Esses dois fatores provocam uma inquietação mundializada, contudo não se traduzem (essas inquietações) em medidas ecológicas de proteção ao meio ambiente. A forma como podem os países periféricos beneficiarem-se dessa situação está em saber negociar crescimento econômico e social com a preservação dos recursos naturais, uma vez que, da preservação dos recursos naturais dependem também os países “centrais”.

Estas três dimensões (o aumento da população, a globalização da economia e a degradação ambiental), no modelo capitalista, agora mais hegemônico do que nunca, tende, para o autor, a aumentar o fosso de desigualdades entre países pobres (periféricos) e ricos (centrais), pois há uma perda de centralidade institucional e de eficácia dos Estados nacionais, sendo impostas aos países periféricos, pelos países centrais, as regras do jogo por eles entendidas como democráticas.

Essas relações impostas pelo espaço-tempo mundializado afetam sobremaneira a vida dos pequenos municípios de base agrícola, como é o caso de Jaguaré, que, num processo desenfreado de sobrevivência ao mercado competitivo e desigual, é forçado a utilizar, de meios predatórios ao meio ambiente, para aumentar sua produção.

Nesse caso é urgente que a educação municipal estabeleça constante reflexão sobre o espaço tempo-mundial, sabendo que este interfere diretamente na vida de cada indivíduo jaguareense.

4.1.2- O espaço-tempo doméstico

Este espaço-tempo é identificado pelas relações sociais entre familiares: cônjuges, pais e filhos. Nesse espaço-tempo, há uma nítida forma de poder baseada no domínio patriarcal

em que aparecem as discriminações sexuais, quanto ao papel das mulheres na sociedade contemporânea, estendendo suas formas de domínio nos demais espaços-tempos, ora por meio da discriminação salarial, pelo assédio sexual, pela dupla jornada de trabalho. Considerando, conforme o autor, que as mulheres, “um pouco por toda parte, tem a seu cargo, para além da reprodução biológica, a preparação dos alimentos, as compras para o consumo doméstico e o trabalho de organização e de execução que permite a reprodução funcional da unidade familiar” (SANTOS, 1995, p. 302), no espaço mundializado, essas discriminações tendem a acentuar, transferindo-se do espaço-tempo doméstico para o espaço-tempo da produção.

Também nesse espaço-tempo, nossos dados demonstram uma discriminação das mulheres, manifestada no pouco espaço de convívio social e de lazer, além da sobrecarga de trabalho na roça e nos trabalhos domésticos. Esta constatação merece ser revisitada pela Educação Municipal, a fim de que estabeleçamos relações democráticas nos seio das relações familiares o que é um passo importante para a transformação dos demais espaços sociais.

4.1.3- O espaço-tempo da produção

É no espaço-tempo da produção que as relações sociais se estabelecem, visando à produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades que se manifestam. Nesse espaço, ao produzir esses bens e serviços, travam-se as relações de desigualdades e exploração entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, e de exploração de ambos, em relação à natureza. Nesse espaço-tempo, portanto, emergem e convivem conflituosamente as relações entre as classes sociais e a relação do homem com a natureza. Dessa relação conflituosa se criaram a “[...] (des)ordem social capitalista, o movimento operário comunista e socialista” (SANTOS, 1995, p. 307).

Nas últimas décadas, o espaço-tempo da produção vem sofrendo inúmeras transformações em decorrência da globalização da economia, alterando as relações no espaço-tempo doméstico e no espaço-tempo mundial. Essas transformações têm suas origens na perda da lucratividade do capital, nos países centrais, levando-os a buscarem a recuperação dessa perda nos países periféricos, sobretudo na “mão-de-obra barata e dócil”. Por outro lado, o processo de globalização, tanto no centro como na periferia, fez

emergir a inércia dos movimentos de representação dos interesses coletivos, por motivos semelhantes: “[...] flexibilidade, adequação ao mercado e redução de custos” (SANTOS, 1995, p. 308). Mas, de qualquer forma, a globalização resultou em ganhos para alguns países e acentou as desigualdades em muitos outros.

Esse espaço-tempo traz consigo ainda as relações de troca de bens, mercadorias e serviços. Esse processo está profundamente enraizado na inculcação de uma ideologia do consumo dos países centrais para os países periféricos, obscurecendo as relações de alteridade realmente necessárias de serem incorporadas às culturas periféricas, como “[...] os bens e serviços fornecidos pelo Estado, no âmbito de suas políticas distributivas (o Estado-Providência)” (SANTOS, 1995, p. 313). Na verdade, invertem-se as relações de autoprodução das relações interpessoais para as “relações entre pessoas e objetos”.

Em Jaguaré, esse espaço-tempo também é problemático, uma vez que a estrutura das propriedades são majoritariamente constituídas de pequenas propriedades. Nesse caso, as políticas governamentais de financiamento e incremento à produção agrícola têm privilegiado as grandes propriedades e a agricultura de exportação. No outro extremo, tem sido praticada uma política de importação de gêneros alimentícios, de fortalecimento da grande propriedade e, por conseguinte, de expropriação dos pequenos agricultores.¹⁹ Nesse sentido, Frei Beto (1998, p. 22), assim se posicionou:

A fome cresce no mundo. Ela não depende apenas da falta de dinheiro do povo e da alta dos preços dos produtos. Depende também de Governos que adotam políticas que não melhoram a capacidade das famílias de terem acesso aos recursos que permitem evitar a fome.

A fome resulta da falta de crescimento da produção agrícola, pois muitas vezes o governo faz uma política de defesa dos privilégios de uma minoria.

Enquanto nos países ricos os alimentos são cada vez mais baratos, nos países pobres muitas terras são reservadas para plantar produtos de exportação”.

Aqui se faz necessário um trabalho reflexivo de fôlego que resgate o valor essencial das relações entre as pessoas e as formas de produção pois é inaceitável que, em municípios agrícolas (também em qualquer município com qualquer tipo de economia predominante) pessoas passem fome.

4.1.4- O espaço-tempo da cidadania

¹⁹ Segundo dados citados por Frei Beto (1998, p. 21), entre 1995-1996, 400 mil pequenos proprietários perderam suas terras e a população economicamente ativa diminuiu em 8,32%, isto é, 1.300.000 pessoas perderam seus empregos no campo. Mesmo assim, a agricultura foi responsável por 25,5% a 26% dos empregos totais do País, entre 1993-1995.

Pelo espaço-tempo da cidadania, perpassam, em grande medida, os demais espaços-tempos, mas guardam em si suas especificidades. Essas especificidades dizem respeito às relações que se travam entre cidadãos e o Estado, gerando nessas relações “[...] uma forma de poder, a dominação, que estabelece a desigualdade entre cidadãos, e entre grupos e interesses, politicamente organizados” (SANTOS, 1995, p.314). O Estado manteve, durante muito tempo, o controle social e a regulação econômica dos cidadãos. Porém, atualmente, o Estado tem perdido gradativamente esse controle. Essa perda advém da globalização da economia e da desregulação econômica, provocando a emergência das identidades étnicas e religiosas.

A emergência dessas identidades étnicas e religiosas vem ocorrendo sobretudo pela descrença dos Estados nacionais em cumprir as promessas de igualdade social tão cogitadas pela modernidade. Para Santos (1995, p. 315), o “[...] *que há de novo é o fato de essa erosão e de essa permeabilidade da soberania estar hoje a ocorrer nos Estados centrais*”. Nesse caso, esse espaço-tempo compreende ainda uma dimensão relativamente autônoma, a comunidade. Nesta,

“[...] o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras” (SANTOS, 1995, p. 315)

Essas relações sociais (étnicas, religiosas e comunitárias) foram declaradamente consideradas em declínio pela modernidade, mas reflorescem neste atual momento de desenvolvimento mundializado. Porém, para Santos (1995, p. 317), essa crise do Estado e das ideologias de desenvolvimento podem abrir uma caixa de Pandora “[...] donde pode sair, lado a lado, e às vezes misturados, o racismo, o chauvinismo étnico, e mesmo o etnocídio, por um lado, e a criatividade cultural, a autodeterminação, a tolerância pela diferença e a solidariedade, por outro”.

De um modo geral e em Jaguaré especificamente, esse espaço-tempo, é um dos mais complexos, uma vez que existe, entre nós, uma herança colonial baseada no coronelismo, que sempre articulou os interesses do Estado aos interesses de grupos minoritários, por um lado, e uma crescente acentuação de políticas que expropriam os

pequenos agricultores de seu meio de produção²⁰. O desafio para a educação municipal está em estender uma reflexão de cunho mais científica e sustentável para as escolas em especial as Escolas Comunitárias Rurais e demais escolas situadas no campo.

Esses espaços-tempos são dilemáticos e conflituosos e, em sua origem, encontram-se quatro grandes axiomas instaurados a partir da modernidade:

- a) a hegemonia da racionalidade científica e com ela a transformação de problemas éticos/políticos em problemas técnicos;
- b) a legitimidade da propriedade privada em detrimento do uso da propriedade, levando a um individualismo extremado;
- c) a verticalidade das relações dos cidadãos perante o Estado;
- d) a crença no progresso infinito e crescente pela via do desenvolvimento tecnológico. Esses axiomas “[...] *moldaram a sociedade e a subjetividade, criaram uma epistemologia e uma psicologia, desenvolveram uma ordem de regulação social e, à imagem desta, uma vontade de desordem e de emancipação*” (SANTOS, 1995, p. 322).

Podemos afirmar, então que uma visão de mundo, homem e sociedade, nos dias atuais, prescinde dessa compreensão contextual nos diversos espaços tempo, apontadas por Santos, considerando sempre as dimensões macro e micro em que os sujeitos e processos estão imbricados. Compreendendo a educação dessa forma cabe ao município, e as escolas em particular, um repensar constante de sua prática, tendo no conhecimento uma possibilidade de emancipação humano-social.

Contudo, na intrincada rede conceitual que constitui a realidade e na qual nos movemos, algumas dimensões são imprescindíveis de serem explicitadas como marco conceitual e atitudinal frente à realidade que nos cerca; esses marco conceitual supõe nossa perspectiva filosófica diante dos conflitos atuais.; apostando em um novo paradigma emergente aqui denominado de Eco- Socialista

²⁰ Segundo dados apresentados por Frei Beto (1998, p. 26), o total de imóveis existentes no País é de 3,1 milhões e a área por eles ocupada corresponde a 331 milhões de hectares. Desse total, os minifúndios e as pequenas propriedades perfazem 89,1% e ocupam uma área de 23,4% da área total. Por outro lado, os latifúndios constituem 2,8% do total de imóveis e ocupam 56,7% do total de terras cadastradas.

Então, continuando de mãos dadas com Boaventura de Sousa Santos e Freire, acreditando na possibilidade de instauração de processos emancipatórios a partir dos processos de reflexão, é imprescindível que se reflita sobre: **conhecimento e cultura, padrões de transformação social, poder e política, alteridade**. Aqui por opção político-ideológica, e escolha por parte dos professores em seminário municipal, tomaremos estas categorias de análises como eixos estruturantes do nosso fazer pedagógico.

Portanto, adiante conceituaremos estes eixos em Santos, religando-os com Freire e apontando possibilidades de trabalho municipal levantadas com os professores e professoras nos seminários e nos grupos de estudos.

5. AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPO E OS CONFLITOS PARADIGMÁTICOS: CONSTRUINDO EIXOS TEÓRICOS PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO DE JAGUARÉ

Reconhecendo a relevância de traçar perspectivas teóricas para a orientação da Educação Municipal é que estes investimentos na discussão teórica dos grandes conflitos da atualidade estão sendo pensados. O que estamos **denominando de eixos** são exatamente as questões essenciais que perpassam as questões educacionais mais importantes e se entrelaçam ao fazer pedagógico cotidiano, podendo estar explícitas no ato pedagógico ou não. Quando assumimos o compromisso de dar visibilidades a estes eixos pensamos que estamos criando as possibilidades de trabalhar tendo um horizonte valorativo a ser repensado e coletivamente construído.

O Dicionário O Globo, no que aqui nos interessa, define eixo como: *centro; essência; ponto principal; apoio; sustentáculo [...]*. É exatamente esses significados que atribuiu-se aos “eixos temáticos” na questão educacional, pois entendemos, conforme já argumentamos, em uma urgente tomada de decisão quanto a que mundo, homem e sociedade deseja formar, contrapondo-se a um discurso totalizante e legitimador de desigualdades.

Assim, objetivamente, nesta etapa do trabalho, queremos retomar os eixos de forma sinteticamente conceitual (uma vez que já os discutimos), pontuando em cada um deles as perspectivas de incorporação na prática pelo trabalho docente. Essas perspectivas (relembrando), foram pontuadas pelos próprios professores e professoras por ocasião dos seminários.

No que se refere aos eixos **conhecimento / cultura**, para Santos (1995, p. 328), a modernidade legitimou como conhecimento verdades atemporais e criou a divisão técnica, profissional e social do trabalho. Esse processo, do centro para as periferias, provocou um “[...] *epistemocídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos*”. Esse epistemocídio foi, para o autor, mais amplo do que o genocídio que se praticou contra os povos, pois

[...] ele ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à

expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século à expansão comunista (neste domínio tão moderna quanto a capitalista). (SANTOS, 1995, p. 328).

Nesse sentido, o novo paradigma entende o epistemocídio como um crime contra a humanidade e quer não perder de vista o sujeito concreto nas suas relações espaço-temporais, cujo conhecimento aí também se produz. Assim: “[...] *a opção epistemológica mais adequada à fase de transição paradigmática em que nos encontramos consiste na revalorização e reinvenção de uma das tradições marginalizadas da modernidade ocidental: o conhecimento emancipação*” (SANTOS 2000, p. 81).

O conhecimento que propomos trabalhar na Educação Municipal de Jaguaré é um conhecimento que emancipa nesse sentido, que valoriza o saber artístico, o saber dos primeiros habitantes (negros, caboclos e índios) e não somente o saber dos colonizadores; o saber dos agricultores e agricultoras, o saber advindo das práticas sociais, dos movimentos pela emancipação política e pela produção da vida em suas dimensões coletivas. Desta forma, **quanto aos eixos conhecimento / cultura**, no âmbito da Educação Municipal os professores e as professoras do município de Jaguaré pensam que esta dimensão deve levar em conta:

- a) a troca de experiência, o coletivismo (das crianças, dos profissionais, das famílias, etc); partindo daí a organização curricular;
- b) estudo da história da cultura negra no município a partir de sua vinculação ao Município de São Mateus, bem como o estudo da cultura afro brasileira, conforme lei 10.639/03 e as diretrizes da resolução nº 01 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação.
- c) Implementar igualmente as diretrizes curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação do Campo; Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.
- d) as discussões travadas nos seminários e também as avaliações institucionais realizadas no âmbito na escola, para a construção do plano pedagógico da escola;
- e) O respeito a diversidade étnica, as minorias sexuais e raciais, a diversidade religiosa, etc.
- f) a integração e articulação das perspectivas de formação (em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio do município), em torno dos eixos temáticos, almejando construir outras possibilidades de formação para as pessoas que habitam a cidade e o campo;
- g) o conhecimento da vida das famílias dos alunos (as), a realidade em que vive, com quem convive, e propor intervenções, se necessárias, a partir deste contexto;

- h) o reencantamento das famílias e dos alunos para com a escola, de modo que esta tenha mais vida, utilizando-se de outras formas de dialogar com o conhecimento (palestras, projetos pedagógicos específicos para cada escola, “comunidade de leitores”, etc);
- i) variadas formas de organização das estruturas das escolas (tempo para planejar, formação...) para melhorar a forma de lidar com o conhecimento, pois cria outras formas de se relacionar com o conteúdo/conhecimento;
- j) a ampliação de projetos como programa de valorização da educação rural (PROVER) para todas as escolas da zona rural e demais programas para a educação infantil e ensino fundamental 5ª a 8ª séries que visem a promover formas alternativos, diversificados e criativas de atendimento escolar;
- k) a fertilização do diálogo entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, bem como, entre as redes municipal, estadual, particular e filantrópica na busca de melhorias para a prática pedagógica;
- l) a utilização da memória local em sua interface com a memória coletiva na produção dos significados culturais a serem comunicados as novas gerações;
- m) a necessidade constante do revisitar teorias que ajudem a repensar esta proposta, reconceituando-a teoricamente se suas possibilidades de emancipação esgotarem;

Como estas sugestões de apropriações da teoria quanto a conhecimento e cultura não estacam a capacidade de cotidianamente serem reinventadas, fica o convite sempre renovado de incorporações diversificadas e incessantes, aliás é assim que deve ser as relações com o estabelecido. Assim, concordamos com Castoriadis (1999, p. 149), quando diz que existe uma relação estreita entre conhecimento e paixão pela verdade e essa paixão nasce do sentido que atribuímos ao objeto a ser conhecido. Nesse caso, o conhecimento terá sentido se as pessoas se reconhecerem e se identificarem neste novo conhecimento e, portanto, não pode estar desvinculado da realidade sociocultural; reconhecendo que esta realidade possui uma dimensão “ontológica, social-histórica e psíquica”. Assim, as pesquisas que são realizadas pelas escolas, por meio dos temas geradores, necessitam ser potencializadas e didaticamente transformadas em conhecimentos e unidades de ensino. É nesse sentido que “o verdadeiro torna-se criação, sempre aberta e sempre capaz de voltar atrás, de formas do pensável e de conteúdos de pensamento que podem se encontrar com aquilo que existe [...]. O apego ao verdadeiro é a paixão do conhecimento” (CASTORIADIS 1999, p. 151). Esse conhecimento deve estar

em sintonia com o projeto popular para o município, visando à cidadania plena dessa população.

Quanto ao eixo “**padrões de transformação social**”, é necessário que a comunidade de Jaguaré repense o tipo de desenvolvimento que deseja para o município, pois, se não o fizer, é certo que o modelo capitalista o fará.

Para um melhor entendimento do eixo *padrões de transformação social*, existe para Santos um modelo de desenvolvimento que é o hegemônico, isto é, o paradigma capital-expansionista e, de outro, o paradigma ecossocialista, que designado por paradigma emergente. Enquanto paradigma dominante, o paradigma capital-expansionista, **assenta-se no crescimento econômico infinito, por meio da industrialização e do avanço tecnológico**. Nesse sentido,

[...] é total a descontinuidade entre a natureza e a sociedade: a natureza é matéria, valorizável apenas enquanto condição de produção; a produção que garante a continuidade da transformação social assenta na propriedade privada e especificamente na propriedade privada dos bens de produção, a qual justifica que o controle sobre a força de trabalho não tenha de estar sujeito a regras democráticas (SANTOS, 1995, p. 336).

O paradigma emergente é o paradigma ecossocialista e baseia-se em formas de desenvolvimento social que buscam satisfazer as necessidades sociais, concebe na natureza a “segunda natureza da sociedade [devendo]; haver um estrito equilíbrio entre três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária e a estatal; cada uma delas deve operar de modo a atingir os seus objetivos com o mínimo de controle do trabalho de outrem” (SANTOS, 1995, p. 336). Nesse paradigma, há uma negociação entre a perda de soberania por parte do Estado a favor de grupos e organizações, primando pelo autogoverno.

Assim, é necessário que a educação no município reflita sistematicamente com os demais setores produtivos almejando discutir praxeologicamente um modelo assentado nos pressupostos do paradigma ecossocialista. Da discussão com os professores e professoras pensamos que é possível na educação:

- a) revitalizar teoricamente o trabalho cooperativo no campo e na cidade, associando a exploração da natureza com formas harmoniosas de satisfação das necessidades básicas;

- b) participar ativamente das discussões sobre o planejamento do crescimento urbano, priorizando as dimensões humano-ecológicas;
- c) priorizar a criação da consciência a respeito das formas de desenvolvimento que não agridem a natureza;
- d) Discutir sempre os projetos políticos-partidários como forma, de se criar uma política a partir dos interesses da comunidade;
- e) Promover estudos dos mercados locais e regionais e análises das cadeias distributivas, diversificando os sistemas produtivos;
- f) Criar espaços para o acompanhamento técnico e investimentos na valorização de 'especialidades' locais, com transferências de tecnologias, ênfase nas biotecnologias e aproveitamento da biomassa;
- g) Promover produtos locais e regionais de qualidade e de sua relação com o território de procedência;
- h) Participar de feiras, estabelecendo contatos com redes de vendas por correspondência, com centrais de compra e com redes de comércio eletrônico;
- i) Criar condições culturais para a implantação de projetos de energias alternativas renováveis, com aproveitamento de biomassa, de resíduos etc.;
- j) Formar profissionais voltados à promoção dessas inovações.

A prática educativa que se destina a uma população, grupo étnico ou categorias de pessoas não pode deixar de levar em conta a diversidade cultural, e sim estabelecer com esta uma relação de alteridade. É a ética humano-social a essência do processo, visando à transformação das relações de dominação, apontando para a libertação e para a autonomia social.

Assim, outro eixo apontado pelo grupo como essencial a perspectiva educacional do município é o que se refere à **alteridade**. Vale lembrar que, ao combinar a pedagogia do diálogo com a pedagogia da ação, a dimensão da ética é imprescindível, pois deverá ser o fio condutor entre uma e outra. Esta ética de que falamos supõe o respeito tanto em nível do indivíduo como em nível coletivo, vislumbrando uma perspectiva de construção coletiva de sociedade pautada na justiça e na solidariedade. É neste momento que faz sentido a alteridade, e nesta alteridade está posta a necessidade de uma relação multicultural entre as pessoas, em que a diferença não seja eliminada em favor de modelos hegemônicos de identidades fabricadas, mas sim, uma relação de alteridade justa e humanamente buscada, pois,

Não há ação humana que não pressuponha uma concepção do ser humano, e que não seja ética. A não-discussão dessa realidade se constitui, talvez, numa das possíveis causas de tantas injustiças e de tanta corrupção e impunidade presentes em nossa sociedade, que está bem longe, ainda de se poder dizer ética. Creio que à medida que começo a pensar no ser humano a partir das relações, uma nova dimensão surge na minha prática: **a dimensão da alteridade**. Damo-nos conta de que o outro é alguém essencial em nossa existência, no nosso agir (GUARESCHI, 1998, p. 160).

Desse modo, à alteridade pressupõe relação ética, no respeito à criança, ao homem do campo e da cidade, as especificidades culturais, etc. Neste aspecto, pensam os professores ser indispensável não descuidar na educação municipal:

- a) Do respeito e do diálogo com os saberes próprios de cada etapa da vida, infantil, adolescência, fase adulta, promovendo interações constantes entre eles;
- b) Da constante valorização das manifestações culturais existentes nas comunidades locais e das existentes em outros espaços regionais, nacionais e mundiais;
- c) Das formas de visualização e valorização das manifestações culturais existentes, bem como das novas manifestações culturais emergentes;
- d) Da reflexão constante a respeito das relações entre escola e comunidade numa perspectiva de mútua aprendizagem;
- e) De explicitação nas práticas pedagógicas as diversificadas formas culturais existentes no meio e, ao mesmo tempo, não privilegiar aspectos de uma determinada cultura, ou grupo, étnico ou religioso;
- f) De uma reflexão constante da relação professor(a) e aluno (a), no contexto escolar não permitindo a anulação de um pessoa pela outra;
- g) De um estudo mais aprofundado das dimensões antropológicas na questão educacional;
- h) De uma formação de professores que dê suporte teórico para o aprimoramento das relações de alteridade.

Outro eixo a ser repensado na Educação Municipal é a dimensão **do poder e da política**. Damos bastante ênfase essas dimensões quando trabalhamos anteriormente a questão histórica do município, exatamente por ele possuir uma centralidade nos processos decisórios, inclusive sobre os demais eixos. Buscamos aqui alargar a compreensão de poder e de política para inserir as proposições dos professores (as) em seguida.

Para Santos (1996) é necessário buscar uma via conceitual entre uma concepção liberal de poder, e uma concepção foucaultiana. Na concepção liberal,

É, como sabemos, a concepção do poder político-jurídico e o lugar do seu exercício é o Estado. [onde] Todas as outras formas de poder, na família, nas empresas, nas instituições não estatais são diluídas no conceito de relações privadas e de concorrência entre interesses particulares (p. 124).

Já na concepção foucaultiana, a partir do século XVIII,

Precisamente no momento em que a teoria liberal procurava identificar o poder social com o poder do Estado, surgiu nas sociedades modernas uma outra forma de poder bem mais disseminada e eficaz, o poder disciplinar, ou seja, o poder da normalização das subjetividades tornando possível pelo desenvolvimento e institucionalização das diferentes ciências sociais e humanas. Esta forma de poder – o poder saber das disciplinas cercou e esvaziou o poder político-jurídico, e de tal modo que, ao lado dele, o poder do estado é hoje apenas uma entre outras formas de poder e nem sequer a mais importante [...]. O problema desta concepção [...] é que se o poder está em toda parte, não está em parte alguma (SANTOS p. 124-125).

Então, na análise de Santos, as sociedades capitalistas são formações ou configurações políticas constituídas por quatro modos básicos de produção de poder em espaços estruturais diferentes, com mecanismos diferentes, mas que se articulam de maneiras específicas: o poder do patriarcado no espaço tempo-doméstico; o poder da exploração no espaço-tempo da produção; o poder da dominação no espaço-tempo da cidadania; e, o poder da troca desigual no espaço-tempo mundial; conforme quadro abaixo, retirado de (SANTOS 1996, p.125):

Componentes elementares	Unidade de prática social	Forma institucional	Mecanismo de poder	Forma de direito	Modo de racionalidade
Espaços estruturais					
Espaço doméstico	Sexos e gerações	Família, casamento e parentesco	Patriarcado	Direito doméstico	Maximização da afetividade
Espaço da produção	Classe	Empresa	Exploração	Direito da produção	Maximização do lucro
Espaço da cidadania	Indivíduo	Estado	Dominação	Direito territorial	Maximização da lealdade
Espaço mundial	Nação	Contratos, acordos e Organizações Internacionais	Troca desigual	Direito sistêmico	Maximização da eficácia

Esta análise mais detida quanto a questão do poder nos remete a questão de que não é possível pensar neste eixo (nem em qualquer um deles) de forma simplista. Este tem uma importância maior e uma relevância em relação aos demais, pois, embora as lutas dos povos sejam reconhecidamente entre conhecimento e subjetividade e por padrões alternativos de transformação social, a objetivação dessas lutas ocorre no paradigma do poder e da política. No paradigma emergente, essas dimensões visam a esclarecer cidadãos, grupos e categorias de pessoas, no sentido de negociarem formas coletivas de satisfação das necessidades, pautadas pela ética humano-ecológica, buscando expandir o processo democrático, (reconhecendo que este poder também encontra-se em outros espaços), e isto, é política.

Jaguaré instituiu desde o seu nascimento, como se viu, uma via verdadeiramente política que não pode ser abandonada pela educação, pois sabe-se que

[...] a educação lida, fundamentalmente, com significações que são imaginárias, isto é, construídas (embora nem sempre conscientes), tais como a própria noção de tempo e temporalidade. E por mais que a ação do homem seja determinada pelos fatores físicos, biológicos e culturais que condicionam a sua sobrevivência e a existência material e simbólica da sociedade, por pouco que ainda insistamos em reconhecer a existência de alguma autonomia para a práxis humana [...], será forçoso admitir que a educação também lida com significações que não são apenas necessárias (que a natureza biológica do homem pode explicar), lógico-funcionais (claramente submetidas a uma finalidade objetivamente definida ou histórica (inteira e cegamente tributárias daquilo que já foi instituído como valor simbólico, no passado) mas também instituídas pelo fazer humano, isto é, frutos da capacidade humana de criar e fixar sentidos para sua existência, para a sociedade, para seu futuro (VALLE, 1997, p. 34).

Neste caso, os professores e as professoras de Jaguaré apontam que as discussões em torno do **eixo poder e política** devem ser pensados a partir:

- a) De ações coletivas que integrem escola/família/comunidade, valorizando o trabalho de vivência de grupo na escola;
- b) De uma revisão da relação autoridade x autoritarismo, instalando comunidades de diálogos na relação político-pedagógica entre as diversas instâncias administrativas e pedagógicas.
- c) Da criação coletiva de normas para a escola e para a vivência grupal também como estratégia pedagógica;
- d) Do desenvolvimento de atividades que levem o aluno a perceber a importância do respeito mútuo, da integridade, da valorização das relações democráticas.

- e) Da participação dos alunos e família em projetos onde aconteça a socialização (mutirão para ajudar em algumas necessidades da escola / comunidade).
- f) Da garantia incondicional de que o trabalho pedagógico inclua a possibilidade de discussão e questionamento e não a ocultação, o silenciamento, etc.
- g) Da construção de projetos educativos que tragam em sua estrutura central a perspectiva coletiva de trabalho na convivência escolar, na discussão coletiva de situações-problema, de projetos de intervenção no espaço escolar e extra-escolar (preparar os alunos para serem livres e autônomos para pensarem e julgarem). Escolha de líderes, assembléia de alunos, etc.
- h) Da promoção na sala de aula, e/ou escola, de um ambiente onde se promove a democracia, pois aprende-se a participar, participando (a escola se tornar espaço de atuação pública dos alunos);
- i) Da necessidade de adotar, no dia-a-dia, atitudes democrático-participativas de solidariedade, de cooperação e repúdio às injustiças, a barbárie, fazendo com que a criança compreenda a cidadania como participação social e política e não como representação política, simplesmente;
- j) Da discussão histórica que eixo poder e política permite ao município, que pode narrar suas lutas sociais, desde antes dos colonizadores até os dias atuais, pela emancipação como condição necessária à participação ativa e transformadora do tempo presente e do vindouro.
- k) Das formas de organização da gestão da escola, dos grupos, das relações entre escola e demais agentes do processo educativo;
- l) Do repensar a escola, para não resolver de forma assistencialista e paternalista os problemas da comunidade a qual está inserida, mas sim trabalhar no aluno subsídios para que a médio e longo prazo, possa passar a enxergar os problemas de sua comunidade, buscando as possibilidades articuladas de intervenção pela via democrática.
- m) Da forma como a escola pode trabalhar a política, devendo principalmente estar ligada ao diálogo, trazendo a realidade para a sala de aula, nos debates, o que a classe pode estar fazendo no agir “perto”, com os olhos no “longe”.
- n) Do fortalecimento da vivência democrática por meio de grêmios estudantis e/ou outros meios associativos.
- o) Da localização das manifestações do poder nos espaços em que o poder se produz propondo intervenções, locais sem perder de vista as análises, e os entrelaçamentos a que todo conhecimento está submetido.

De um lado, está claro, no imaginário social do ser humano, que queremos liberdade, ansiamos por igualdade, justiça e fraternidade em qualquer espaço-tempo; por outro, as relações sociais, nos diferentes espaços, estão marcadas pelo jogo de poder e pelo conflito com que negociam esses valores universais/éticos. Entre essas formas de poder explícito, visualizadas na comunidade escolar, está o Poder Político que se tem tornado cada vez mais coercitivo e antidemocrático nas sociedades.

É sobre esses eixos, considerando as diversas áreas de conflito paradigmático, que devem, por meio do exercício da crítica responsável, se pautar a proposta político-pedagógica de Jaguaré.

5.1- Entrelaçes teóricos entre Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire: novas contribuições para o repensar da práxis educacional no município

Na interlocução que desenvolvemos dos cientistas sociais com os professores e professoras fortaleceu a esperança advinda de Freire e reacendeu a utopia de Santos na dialética micro e macro. Assim de mãos dadas com eles esperamos pontuar aspectos relevantes para um repensar da Educação Municipal contando com a contribuição de Carvalho (2004).

Buscando uma aproximação entre Freire e Boaventura de Sousa Santos, Carvalho (2004), vai dizer que é na perspectiva da dialogicidade, da teoria da tradução e na dialética da presença/ausência é que se encontram. Por ausência (sociologia das ausências) podemos entender, no autor, estratégias que mobilizam de maneira subversiva conceitos que, originalmente, foram elaborados em um contexto eurocêntrico e, sendo assim, propõem a construção de historiografias e de discursos emancipatórios alternativos, a partir da identificação de formas alternativas de resistência. Por teorias de tradução podem ser compreendidas entenda-se as alternativas baseadas, em estratégias como a hermenêutica diatópica, que vem a ser, segundo Santos e Nunes, apud Carvalho (2004):

[...] uma prática de interpretação e de tradução entre culturas, do diálogo entre culturas por intermédio do qual se amplia a consciência da incompletude de cada cultura envolvida no diálogo e se cria a disponibilidade para a construção de

formas híbridas de dignidade humana mais ricas e mais amplamente partilhadas.
O conhecimento resultante será coletivo, interativo, intersubjetivo e reticular.

Por fim, concordamos com Carvalho (2004) que a perspectiva de Freire se aproxima de Boaventura, pois buscou um conhecimento que

- a) critica veementemente a ênfase à exterioridade/verticalidade da relação pesquisar e conhecer e propõe saberes construídos/produzidos a partir da problematização;
- b) afirma que o conhecimento não deve ser concebido como acabado e sem 'raízes', isto é, descontextualizado historicamente, sem análise das condições histórico-sociais em que foi produzido;
- c) alerta que a disciplina intelectual não deve ser tomada como reprodução de palavras, textos e experiências. Estimula a análise, a capacidade de compor e recompor dados, informações, argumentos e idéias;
- d) descarta o imobilismo, o calar a voz e silenciar o pensamento divergente. Valoriza a curiosidade, o questionamento exigente e a incerteza;
- e) concebe cada disciplina, considerando a sua especificidade, como um espaço atravessado por outros conhecimentos e, assim, o espaço da especialidade é definido sem uma certa 'propriedade de saberes' que não admite invasões disciplinares (territorialização dos saberes). Percebe o conhecimento de forma interdisciplinar/transdisciplinar (desterritorialização);
- f) observa que o educador pesquisa com os educandos e não se sente desconfortável quando não tem respostas, não sendo medida sua competência por suas habilidades de transferir informações com precisão e segurança;
- g) Vê a pesquisa como atividade pedagógica central numa perspectiva na qual o aparato metodológico e os instrumentos de certezas não se sobrepõem à capacidade intelectual de trabalhar com a dúvida;
- h) Concebe o conhecimento em rede, constituindo uma teia de significações;
- i) Tende a valorizar as habilidades sociointelectuais tanto quanto os conteúdos;.

Diante do exposto, pensamos ter esclarecido os conceitos inerentes aos eixos teóricos pensados para o município e como Santos e Freire podem nos ajudar a fomentá-los nas discussões pedagógicas, nas conversas com os pais/mães, com os alunos e que, em cada planejamento eles estejam postos na discussão.

No tópico seguinte reunimos falas dos professores que nos remetem aos compromissos e atitudes frente aos desafios de continuar atuando reflexivamente na educação de Jaguaré.

5.2- Atitudes e compromissos frentes aos eixos teóricos da Educação Infantil a 8ª série do Ensino Fundamental

Estamos chamando de atitudes e compromissos a posição não somente individual, mas também institucional em relação aos desdobramentos futuros do trabalho com os eixos temáticos, pois eles remetem a todo um repensar da Educação Municipal. Como compromissos, enfatizamos a busca de efetivação projetos que possam resultar em ações de bem-estar sociocultural e econômicas para todos. Ressaltamos que são sugestões dos professores e professoras.

Assim, para os discentes, enquanto **atitudes e compromissos**, de modo geral é preciso:

- a) Observar que os eixos não podem e não devem ser tomados como tema de estudo em um bimestre ou disciplina; mas em todos os bimestres e em todas as disciplinas;
- b) Recomendar uma atitude de estranhamento sempre em relação as certezas eternas, buscando na discussão coletiva o sentido ético do agir dos professores e das professoras;
- c) Adotar, no dia-a-dia, atitudes democráticas de solidariedade, de cooperação e repúdio às injustiças fazendo com que a criança compreenda a cidadania como participação social e política;
- d) Promover articulação dialógica e estratégica com a comunidade escolar (pais, professores e alunos);
- e) Adotar postura investigativa das questões educacionais e da sua própria prática numa dinâmica ação-reflexão-ação;
- f) Garantir tanto no âmbito central (Secretaria Municipal), quanto nas escolas a continuidade das reflexões.

Do ponto de vista didático-organizacional somente o esforço conjunto da Secretaria Municipal de Educação, por meio de políticas consistentes, com as escolas e seus agentes poderão operacionalizar esta proposta. Um momento importante para esta operacionalização é no projeto político-pedagógico de cada unidade escolar, quando os

educadores poderão (re)significar os eixos com a práxis. Uma nova identidade dará a esta proposta, mas a única com possibilidade real de existência e certamente a mais verdadeira.

6- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Retomaremos aqui algumas falas dos professores(as) sobre este trabalho a fim de colocar algumas palavras, não finais, mas esperançosas. Vale lembrar que uma das idéias circulantes durante os seminários é que toda a administração municipal tome para ciência destes eixos, pois se pensamos aqui em termos de município, é, portanto tarefa de todos convocar a administração municipal para discutir estes eixos no conjunto da vida do município, a partir da escola reflexiva.

De modo geral a avaliação do trabalho desenvolvido valorizou os professores e professoras, que embora não tenham deixado de colocar algumas dificuldades, por vezes, de entender o texto, conforme pode ser visto nos depoimentos abaixo:

“O trabalho feito até agora foi muito bom, proporcionou crescimento dentro dos eixos e da prática pedagógica”. “Ou o magistério toma esse processo para si ou não se caminhará”.

Já esta professora assim se manifestou por escrito:

Muitas vezes a “escola” se preocupa mais com o conteúdo do que com as relações de interação entre os alunos. Há algum tempo as relações sociais eram discutidas apenas em disciplinas específicas como MORAL E CÍVICA, hoje os alunos já participam mais das decisões da escola, já discutem mais os problemas cotidianos.

Porém percebe-se ainda que os alunos têm um nível de criticidade muito reduzida, talvez porque nós enquanto professores também somos assim, temos dificuldade de impor nossas idéias e lutar por nossos ideais. Nosso discurso esta bem distante de nossa prática.

Acredita-se que o aluno precisa mostrar a sua “cara”, de falar, discutir junto com o professor, os problemas, sugerindo possíveis soluções. As discussões precisam acontecer de forma coletiva.

No segmento escolar, os eixos propostos já estão sendo garantidos e trabalhados com os alunos (mesmo que de forma lúdica). É preciso que este estudo tenha continuidade não só em seminários municipais, mas no interior de cada escola, nos planejamentos e no cotidiano, que as palestras sejam agora realizadas na

escola com participação dos nossos alunos, que serão o produto final de todo esse processo.

Para esta outra professora:

A partir dos textos foi possível refletir um pouco sobre a realidade sócio-político, econômico e cultural que estão inseridas as unidades escolares, bem como avaliar nossa prática e a influência das ideologias e filosofias que norteiam essa prática. A SEMEC viabilizar suporte financeiro e pedagógico para garantir a continuidade dos trabalhos.

Em síntese as avaliações apontam que as discussões e reflexões acerca dos pensamentos dos autores Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire foram enriquecedoras, suscitando a análise da prática pedagógica. Entretanto, para garantir o desenvolvimento desta proposta é necessária, a permanência da formação continuada, visando um aprofundamento dos eixos a fim de fomentar mudanças nas práticas educacionais. Após os estudos dos textos ficou claro para nós que tipo de currículo que precisamos: aquele que se transforma sem perder o vínculo necessário para uma educação de qualidade, onde professor e aluno possam desnudar a realidade do cotidiano, revendo suas práticas, primando pela valorização da vida numa dimensão de justiça social para todos. Ficou claro também que apesar das dificuldades dos textos, o grupo começou a habituar-se com a linguagem complexa e entendê-los melhor.

Por fim somos sabedores de que ousamos bastante em trazer os fundamentos epistemológicos de Freire e Santos para embasar a construção de nossa proposta, mas existe ainda duas outras razões fundamentais que justificam essa escolha. A primeira é que a noção da criação de um mundo mais humanamente ético é possível para todos nesses autores; a outra está em perceber a educação, tal como percebem, isto é:

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveriam porque falar em educação (FREIRE, 2000, p. 40).

7- REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela.(Org.). **Representando a alteridade**. Rio de Janeiro : Vozes, 1998.
AURICH, Regina Lúcia. **Jaguaré: das origens à contemporaneidade, resgate do cotidiano de um povo**. Jaguaré : Gráfica e Papelaria Cricaré, 1996.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Janete Magalhães. **Cultura/conhecimento, alteridade e padrões de transformação social no pensamento de Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire**. Palestra apresentada no IV Seminário Municipal sobre Currículo, Jaguaré,2004.

FREI BETO. **Para uma melhor distribuição da terra** : o desafio da reforma agrária - versão popular. Comissão pastoral da Terra. São Paulo : Edições Loyola, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: editora da UNESP, 2000.

___ **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

___ **Pedagogia do Oprimido**. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In. LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria Nazaret (Orgs). **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. Alteridade e relação : uma perspectiva crítica. In. ARRUDA, Ângela. **Representando a alteridade**. Rio de Janeiro : Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

___ **A crítica da Razão Indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

___ **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

VALLE, Lílian do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 1997.